



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS – FAJS

Zena Salameh

A fragmentação como legado colonialista na Síria

BRASÍLIA
2016

Zena Salameh

A fragmentação como legado colonialista na Síria

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UNICEUB) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de bacharelado em Relações Internacionais.

Orientadora: Silvia Apolinário Menicucci.

BRASÍLIA
2016

A fragmentação como legado colonialista na Síria

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UNICEUB) como
pré-requisito para a obtenção de Certificado
de Conclusão de Curso de bacharelado em
Relações Internacionais.

Brasília, _____ de _____ de 2016.

Banca examinadora:

Professora Silvia Menicucci Apolinário

Orientadora

Professor Examinador

Professor Examinador

À minha família que, devido às tristes reviravoltas da vida, atualmente sobrevive a mais um dia de guerra. Que Deus continue protegendo vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que auxiliaram na conclusão de mais uma etapa da minha vida acadêmica:

À minha mãe e à minha tia, dizer obrigada nunca será o suficiente por tudo que ambas fizeram e fazem por mim diariamente. Obrigada por acreditarem e confiarem em mim, por todo suporte e carinho, e por serem a minha maior motivação para a escolha desse tema.

Ao meu irmão, que, a cada dia que passa, torna-se cada vez mais um exemplo do ser humano que quero me tornar.

Ao meu pai, que sempre sonhou em me ver na faculdade. Espero que sinta muito orgulho de mim.

Ao corpo acadêmico do UniCeub, que me acolheu e tornou essa jornada um pouco mais fácil e prazerosa.

À minha orientadora, Professora Silvia Menicucci Apolinário, por toda a atenção, motivação e paciência: a senhora me inspira a crescer.

Ao meu Professor Carlos Timo Brito, por todas as conversas, a gentileza e pelos conselhos.

Aos meus amigos de longa data, por serem pacientes e prestativos, e aos amigos que conheci no UniCeub. Espero que continuem presentes em minha vida.

RESUMO

Esta monografia tem como intuito analisar as causas do conflito armado iniciado na Síria em 2011, que tem impactado a sociedade internacional com o fluxo intenso de refugiados e com a questão do terror, em razão do fortalecimento do Estado Islâmico. O foco do trabalho, portanto, recai sobre busca das causas da atual crise humanitária e, para tanto, utilizou-se de uma investigação histórica desde o passado colonial até os dias atuais, a partir de uma crítica fundada na teoria pós-colonialista. O legado do colonialismo francês será essencial para se entender os elementos que contribuíram para a longa permanência no poder do Partido Ba'ath e dos Assads, e para a fragmentação política, econômica e social do Estado. Nesse sentido, destacam-se a conformação territorial, a indevida consideração da diversidade religiosa, a crise de identidade, o autoritarismo e a ilegitimidade do poder fundado no medo como elementos derivados do passado colonial, os quais somados culminam no referido processo de fragmentação. Essa fragmentação social, econômica e política do Estado sírio, cada vez mais destroem o país, e tudo indica que sua restauração será um processo longo e doloroso.

Palavras-chave: Pós-colonialismo. Oriente Médio. Síria. Assads. Conflito armado. Fragmentação.

ABSTRACT

This monograph has as an aim, the analysis of the causes of the armed conflict initiated in Syria at 2011, which has impacted the international society due to the intense flow of refugees and with the issue of terror, result of the strengthening of the Islamic State. The focus of this study, therefore, is the search of the triggers of the present humanitarian crisis, proposing a historic investigation since Syria's colonial past to the actual days. The French colonial legacy will be essential to understand the elements that contributed to the long stay of Ba'ath Party in power, and consequentially the Assads, as well as the political, economical and social fragmentation of the state. In that sense, what stands out is the territorial resignation, the undue consideration of the religious diversity, the identity crisis, authoritarianism the power illegitimacy founded on fear, as elements derived from the colonial past, and when combined they all culminate to the fragmentation process. This social, economic and political fragmentation is causing the destruction of the country and it seems its reconstruction will be a long and painful process.

Keywords: Middle East Syria, Assads, Colonialism, Civil War, West, International System.

LISTA DE FIGURAS & GRÁFICOS

Figura 1 – Acordo de Skyes Picot.....	16
Figura 2 – A Grande Síria Durante o Mandato Francês: Províncias e Religião.....	17
Figura 3 – A Composição Étnica da Síria em 1976.....	33
Figura 4 – Zonas de Controles na Síria (2015).....	47
Gráfico1 – Perda do PIB Acumulado.....	50
Figura 5 – Refugiados Sírios.....	51

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
 1 A PERSPECTIVA PÓS-COLONIALISTA PARA ENTENDER O PASSADO E O PRESENTE NA SÍRIA.....	12
1.1 ASPECTOS DA REFLEXÃO PÓS-COLONIALISTA	12
1.2 A ERA COLONIAL NA SÍRIA	15
1.3 O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DA SÍRIA.....	19
2 A CRISE DE IDENTIDADE E A POLÍTICA DOS ASSADS	22
2.1 A CRISE DE IDENTIDADE SÍRIA	22
2.2 O IDEAL PAN-ARABISTA FRACASSADO E SURGIMENTO DA REPÚBLICA POPULAR SÍRIA ..	23
2.3 A AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE DE PODER NA SÍRIA	24
2.4 A POLÍTICA DE HAFEZ AL-ASSAD.....	28
2.4.1 <i>A Economia Síria sob o Comando de Hafez al Assad.....</i>	<i>30</i>
2.4.2 <i>Os Conflitos com a Oposição.....</i>	<i>32</i>
2.5 CONTINUIDADE OU RUPTURA?.....	36
2.5.1 <i>A Economia da Síria sob Bashar al Assad</i>	<i>37</i>
2.5.2 <i>As Políticas de Bashar al Assad para a Sociedade Civil</i>	<i>39</i>
2.6 AS REVOLTAS ÁRABES	41
3 A DINÂMICA DO CONFLITO NA SÍRIA E SUA FRAGMENTAÇÃO	44
3.1 O INÍCIO DO CONFLITO.....	44
3.2 GUERRA CIVIL – A FRAGMENTAÇÃO E A CRISE HUMANITÁRIA	47
3.3 O CONFLITO ARMADO SÍRIO E A SOCIEDADE INTERNACIONAL	52
3.4 JIHADISMO E A DISSEMINAÇÃO DO TERROR	53
CONCLUSÃO.....	55
REFERÊNCIAS.....	59

INTRODUÇÃO

A Síria, desde 2011, tem sido palco de um sangrento e brutal conflito civil entre as forças governamentais e rebeldes que já causou a morte de centenas de pessoas. Diante disso, as revoltas árabes e a guerra civil síria têm sido alvo da mídia internacional, principalmente em decorrência da crise humanitária resultante do conflito entre as forças governamentais e rebeldes, que já contabiliza cerca de 250 mil mortos (UN, 2015) e um intenso fluxo de refugiados. Ademais, a situação contribuiu para o fortalecimento do Estado Islâmico, o que se tornou um sério desafio para a manutenção da segurança internacional.

Não obstante a atenção internacional para os impactos da situação da Síria, pouco se discute acerca dos motivos que conduziram ao conflito armado iniciado em 2011. Deste modo, esta monografia visa justamente buscar as razões que conduziram à realidade atual do Estado sírio, a partir de uma perspectiva pós-colonial, segundo a qual o período colonial é fundamental para se entender os desenvolvimentos históricos que se seguiram e os elementos que acabaram por tecer o cenário que será neste trabalho descrito por fragmentação.

Para cumprir a tarefa acima, este trabalho foi dividido em três capítulos organizados por um critério cronológico quanto aos fatos e atores principais que contribuíram para a construção das dificuldades enfrentadas pelo Estado e pela sociedade síria.

No primeiro capítulo, são apresentadas algumas perspectivas da corrente pós-colonialista das Relações Internacionais, que guiarão as críticas feitas na sequência. A consideração do período colonial, principalmente do mandato dos franceses, e do processo de independência, foi necessária para demonstrar como as políticas implementadas nesse período, especialmente no tocante à questão social, ainda hoje refletem na realidade do país.

O segundo capítulo dedicou-se ao estudo da situação na Síria sob a liderança do Partido Ba'ath, encabeçado pelos Assads: O pai, Hafez al Assad, que ficou no poder por cerca de três décadas, e seu filho, Bashar al Assad, que iniciou seu mandato no ano de 2000. Os Assads, no poder por tanto tempo, em razão de um governo fundado nos elementos de abuso de poder e dominação, foram fundamentais para delinear a situação econômica, social e política na Síria. Os fatos

e atores históricos desse período permitiram também abordar as questões de ilegitimidade de poder e crise de identidade, que se somam para culminar na ingovernabilidade e no conflito armado, iniciado em 2011.

O terceiro capítulo analisa o período da guerra civil, a partir da situação interna narrada nos relatórios da Comissão Internacional Independente de Investigação sobre a Síria, criada no âmbito das Nações Unidas. O conceito chave neste capítulo é o da fragmentação, sendo considerada como uma herança do período colonial, reforçando, portanto, os ensinamentos do pós-colonialismo, de que os efeitos daquele período se prolongam até os dias atuais.

Esse último capítulo ainda abordou o transbordamento, ou o *spillover*, da crise da Síria aos demais países do sistema internacional, seja em razão da crise de refugiados, especialmente na Europa, ou em decorrência da ameaça do Estado Islâmico, que passa a se identificar com o terror, que afeta a sociedade internacional como um todo, desafiando as concepções tradicionais de fronteira e entes estatais como atores principais das Relações internacionais.

Dessa forma, o transbordamento - terror e fluxo de refugiados - foi considerado como o ápice de um processo cujos elementos principais foram buscados no período colonial e no seu legado para os desenvolvimentos históricos que se seguiram, utilizando-se da ótica do pós-colonialismo.

1 A PERSPECTIVA PÓS-COLONIALISTA PARA ENTENDER O PASSADO E O PRESENTE NA SÍRIA

O colonialismo foi um período marcante para a história e o desenvolvimento de vários países do Oriente Médio, entre eles a Síria. Nesse sentido, a teoria pós-colonialista, com o conceito de Orientalismo e as implicações do poder colonial na sociedade civil, oferece elementos interessantes para entender o passado e suas consequências na história da Síria.

Neste capítulo, o foco será entender o legado colonial, o efeito das políticas coloniais na formação e na composição da sociedade civil síria, e de que maneira isso afetou o processo de formação de Estado e de identidade nacional e culminou, posteriormente, no processo de fragmentação, que será analisado nos capítulos seguintes.

1.1 ASPECTOS DA REFLEXÃO PÓS-COLONIALISTA

O século XX foi palco de profundas transformações no cenário internacional, de caráter, cultural, econômico, social e político. Esse processo evidenciou a nova divisão internacional do trabalho, a fragmentação e disseminação das culturas, a expansão do multiculturalismo, a diluição das fronteiras e a multipolaridade de um mundo até então bipolar e, antes disso, imperial. A independência de nações, abarcando mais da metade da população mundial do domínio direto dos países europeus, e a consolidação desses povos com a formação de um sistema político autônomo demandaram uma reflexão crescente acerca dos regimes coloniais e das consequências dos fenômenos que viriam a emergir no período que se chamou “pós-colonial” (ELÍBIO JR, ALMEIDA, LIMA, 2011, p.451).

A base que constitui o pós-colonialismo pressupõe a revisão crítica do passado contado em termos da modernidade ocidental, e também consiste na identificação e no reconhecimento de um presente ainda nutrido por discursos, práticas, representações e relações políticas que influenciam a perpetuação da distribuição assimétrica do poder e riqueza no sistema internacional (ELÍBIO JR, ALMEIDA, LIMA, 2011 p.451). Os estudos pós-coloniais abordam os principais aspectos do colonialismo e seus efeitos que permanecem presentes mesmo após o fim do mandato colonial.

O termo “pós-colonial” se refere ao período em que as colônias europeias se tornaram independentes e formaram Estados soberanos. No entanto, a independência política é uma ilusão para essas ex-colônias, o colonialismo continua presente de um modo “neocolonial”. Para esses países, a conquista da independência política não foi suficiente para resolver os problemas que se esperavam superar ao expelir os chefes coloniais. O que realmente aconteceu foi o aparecimento de novas formas de dominação. Novas elites, nos países recém-independentes, emergiram e sustentaram o novo mandato mediante a exploração de certas classes da sociedade. Os estudos pós-coloniais também trataram de legados da era colonial, tanto em questões econômicas como societárias (TEPECIKLIOGLU, 2012, p. 2-3).

A teoria pós-colonial traz à tona a importância de um pensamento crítico em relação às teorias dominantes de Relações Internacionais. Os críticos pós-coloniais geralmente focam sua crítica na ignorância do mundo não ocidental, tanto nos estudos teóricos como no sistema internacional. As abordagens pós-coloniais também criticam as atuais teorias, consideradas *mainstream*, que se empenham em entender e analisar a realidade de países “centrais”, mas que não sabem explicar a individualidade do mundo pós-colonial. Esses mesmos teóricos se inclinam para tratar suas suposições e análises como universais, e quando outros casos ou estados se desviam dessas tendências, eles são considerados uma falha (TEPECIKLIOGLU, 2012, p.13).

Desde os tempos do Império Romano, a visão europeia sobre o Oriente era, em grande medida, definida como uma imagem invertida do Ocidente, que haveria de ser transformada ou conquistada por impérios europeus. O Oriente chamava atenção por fazer parte de um lugar extremo e exótico, possuindo uma moralidade que o Ocidente não conhecia. Tal Oriente, exotizado pelo Europeu, consiste atualmente nas regiões do Oriente Médio e do Norte da África (SCHIOCCCHET, 2011, p.42).

O Orientalismo, que constitui o cerne da análise de Edward Said, relaciona-se precisamente com o Oriente da cultura árabe-islâmica. A obra “O *Orientalismo*”, na perspectiva do autor, assume-se como uma crítica contundente – remorso do fenômeno do Orientalismo. Resultou daí uma análise de como uma cultura dominante se apodera da outra, a desfigura e assimila, como um vocabulário e um imaginário próprios são aplicados por Ocidentais para observar e descrever o

Oriente e, nesta base, estruturar a percepção e o conhecimento do mundo oriental. O Orientalismo é a maneira como os Ocidentais pensam e estudam o Oriente: um conjunto de categorias e valores baseados nas necessidades políticas e sociais do Ocidente em detrimento das realidades concretas do Oriente. Orientalista é todo aquele que se debruça sobre o Oriente por meio de interesses e representações sociais exotizadas, que pouco ou nada ressoam o ponto de vista daqueles assim representados (SCHIOCCCHET, 2011, p.42).

Em sua obra “Orientalismo”, Said explicita as relações de dominação por meio do saber-poder que sempre esteve presente entre o Oriente e o Ocidente. Além disso, Said chama atenção para o conceito de sociedade civil. A cultura deve estar em operação na sociedade civil, onde a influência de ideias, instituições e pessoas não funciona pela dominação e sim pelo que Gramsci chama de consenso (SAID 1978 pp. 4-5, apud. ELÍBIO JR, ALMEIDA, LIMA, 2013 p.455).

Desde o início do século XIX até o final da Segunda Guerra Mundial, França e Grã-Bretanha dominavam importantes áreas do Oriente. Por isso, os franceses e os britânicos, que foram os maiores possuidores de colônias ao redor do mundo, tiveram uma longa tradição na construção dos ideais que Said vai chamar de “Orientalismo”. Partindo do século XVIII, o Orientalismo aparece como instituição legítima dos ocidentais autorizados a lidar com o Oriente, ensinando-o e colonizando-o. Assim, o Orientalismo, ideia e conceito, criado pelo Ocidente se torna uma justificativa para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente (SAID 1978, p.21).

Em seu livro “Cultura e Imperialismo”, considerado a continuação do “Orientalismo”, Said ainda aborda questões como imperialismo e identidade cultural. Para Said, a chegada do homem branco a lugares do mundo não ocidental gerou algum tipo de resistência. Essa resistência se traduzia, em termos culturais, pela afirmação de identidades nacionalistas e, no âmbito político, pela criação de partidos políticos que advogavam por autodeterminação e independência nacional. Said ainda traz à tona o contato entre o colonizado e o colonizador. Nesse particular, o nativo não ocidental não se posicionava de maneira passiva ou inerte; sempre ocorreria uma resistência contra essa relação imperialista vertical (SAID, 2001, p.7).

Na perspectiva de Said, é impossível compreender e estudar ideias, culturas e histórias sem levar em conta as configurações de poder que se encontram tanto na área acadêmica quanto na área prática das relações internacionais. Nesse

contexto, entre o Ocidente e o Oriente existe uma relação de poder ou de dominação. Relação essa que acaba no momento do pós-colonialismo, mas que reflete no âmbito interno dos recém-independentes Estados (SAID 1978 pp. 4-5, apud. ELÍBIO JR, ALMEIDA, LIMA, 2013 p.456).

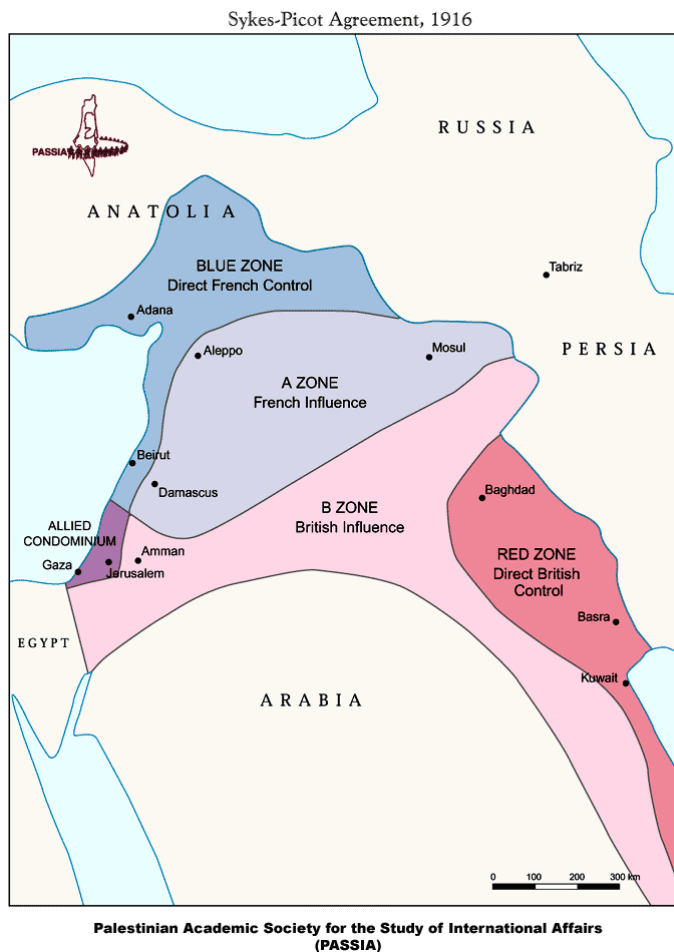
1.2 A ERA COLONIAL NA SÍRIA

Considerando que grande parte do Oriente Médio se encontrava sob domínio Otomano até o final da Primeira Guerra Mundial, conhecer o que aconteceu com a região após a libertação desse poder imperial é crucial para entender o Oriente Médio hoje, e mais especificamente a Síria.

Até sua independência, a Síria nunca havia se constituído como um Estado unificado ou uma entidade política. A história da Síria está ligada aos processos de expansão de impérios antigos, tais como os Romanos, Gregos e Pérsios, e também de potências contemporâneas ou colonizadoras, como, por exemplo, a França. Devido a sua localização geográfica estratégica no Mediterrâneo oriental, banhado por dois grandes rios, o território sírio despertou o interesse de inúmeras potências. Com a Primeira Guerra Mundial, os sírios que faziam parte do Império Otomano viram a oportunidade de se rebelarem contra o poder turco, com o apoio dos britânicos e dos franceses, obtiveram sua independência em 1916. Os árabes sírios acreditavam na possibilidade da criação de um grande Estado Árabe abrangendo os territórios do Líbano, Israel, Jordânia e Palestina, que eventualmente comporiam a “Grande Síria”. No entanto, isso não se concretizou (HALL, 2013, p. 135).

A Liga das Nações tinha um mandato para a França controlar politicamente o território sírio. O acordo secreto entre os britânicos e franceses, conhecido como *Skyes-Picot*, começou a ser negociado em 1915, foi firmado em 1916 e efetivado em 1920. Ele previa uma divisão do Oriente Médio entre os britânicos e os franceses. (ZAHREDDINE, 2013, p. 8).

Figura 1 – Acordo de Skyes Picot



Fonte: PASSIA (http://www.passia.org/palestine_facts/MAPS/1916-sykes-picot-agreement.html)

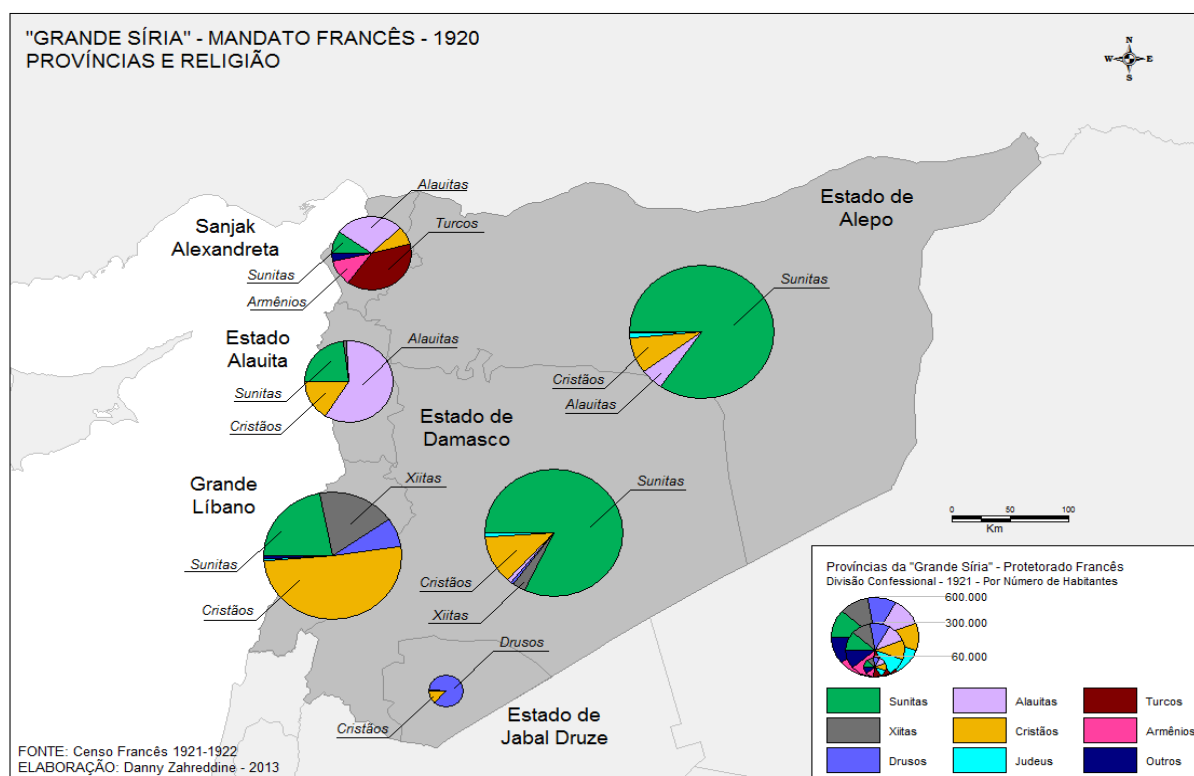
O acordo foi negociado em novembro de 1915 pelo diplomata francês François Georges-Picot e pelo britânico Mark Sykes. Os franceses receberam da Liga das Nações o mandato da Síria e do Líbano, enquanto os britânicos ficaram responsáveis pela Palestina, Iraque e Jordânia. Sendo assim, a Liga Árabe e a Liga das Nações foram responsáveis por legitimar a ocupação francesa na região (ZAHREDDINE, 2013, p.8).

Como Said observa, junto com a vinda do homem branco em territórios estrangeiros, veio também a resistência da população local (SAID, 2001, p.7). A ocupação das tropas francesas na Síria sofreu certa resistência. Para obterem total controle do território e da população, foram necessários três anos, de 1920 até 1923. A França também foi responsável pela administração política do território libanês e por uma pequena província na região atual de Hatay, localizada atualmente na

Turquia. As autoridades francesas visavam impor medidas para o desenvolvimento e progresso, e promover a autonomia local, mas ao mesmo tempo, tinham como objetivo o enfraquecimento de movimentos nacionalistas que ameaçavam o mandato dos franceses. (HALL, 2013, p. 418-419).

A liberdade religiosa foi um dos princípios durante o mandato francês. Eles adotaram o sistema de constituição de Repúblicas, assim, o território sob comando francês foi dividido em seis estados. Seriam eles o Estado de Damasco, Estado de Aleppo, Estado Alauita, Jabal Druze, Alexandretta (atualmente conhecido como Hatay) e o “Grande Líbano” (atualmente o Líbano). Essa divisão foi baseada na diversidade cultural e religiosa da população dessas regiões. Duas províncias eram de maioria Sunita (Estado de Aleppo e Estado de Damasco) e uma de maioria Drusa (Estado de Jabal Druze). O Líbano se mostrou ser distinto, possuindo a maior concentração de cristãos, compondo cerca de metade de sua população, por isso “Grande Líbano”. Desde sua colonização, a sociedade síria se dividiu, com bases em seus valores étnicos, culturais e religiosos. Essa divisão, todavia, causou certa resistência e indignação entre os cidadãos (ZAHREDDINE, 2013, p. 8-10).

Figura 2 – A Grande Síria Durante o Mandato Francês: Províncias e Religião



Fonte: Zahreddine, 2013

As mudanças territoriais começaram em 1924, quando as autoridades francesas decidiram incorporar em uma única unidade o Estado de Damasco e o Estado de Aleppo. Contudo, a divisão territorial causou certa resistência e indignação entre os cidadãos. Em 1925, ocorreu um levante popular no Estado de Jabal Druze. Essa revolta visava deter o processo de fragmentação do território árabe, combatendo o imperialismo. Mesmo depois de detida pelos franceses em 1927, essa revolta representava uma inviabilidade para a continuidade do processo de fragmentação visionado pelos franceses (HALL, 2013, p.423). Esse fator teve uma enorme influência na política atual do governo. Como é possível conciliar essa diversidade de grupos e opiniões que compõem a sociedade síria?

As mudanças territoriais continuaram posteriormente, em 1936, quando o Estado de Jabal Druze e o Estado Alauita foram anexados à Síria, diminuindo o caráter autônomo de tais territórios. Alexandretta tornou-se independente em 1938 e foi anexada pelos turcos em 1939, passando a ser a província atual de Hatay (HALL, 2013, p.425).

As numerosas divisões feitas pelos franceses de 1920 a 1946 obstruíram o desenvolvimento de uma elite administrativa e de uma comunidade nacional. Os franceses propiciaram o sectarismo, e expandiu-se o *gap* entre a maioria Sunita e outras minorias, tais como os Alauitas e os Drusos. Essas minorias foram recrutadas para fazer parte da “Tropa Especial do Levante”, criada pelos franceses. Negada a oportunidade de adquirir e assimilar experiência em governança, a divisão social e étnica e sua ineficiência intensificaram-se, tornando-se algo com que os futuros líderes teriam que se preocupar durante e após a independência (AYUBI, 1995, p.91).

Os franceses, em sua colonização, aplicaram o conceito de “associação”, segundo o qual, em teoria, a política colonial era implementada em paralelo aos costumes nativos. Dessa forma, se respeitava a religião local e as instituições nativas e se evitava uma linha puramente europeia de política. No entanto, foi considerada como uma fórmula semicorporativa, aplicada em posição de dominação. O sistema, improvisado pelo oficial francês Marshal Lyautey, consistia em uma elite composta por franceses que tinham um elevado conhecimento do árabe, islamismo e da cultura local, sendo assim capazes de explorar as divisões políticas, sociais e étnicas do país que estavam sob seu comando. No caso da Síria,

havia um mosaico religioso e étnico que compunha a sociedade, como foi anteriormente dito. (AYUBI, 1995, p.90).

Em termos de estilo político, o colonialismo britânico tinha como objetivo a ênfase em questões políticas. Já os franceses focaram nas questões culturais. Não obstante essa diferença, ambos os poderes coloniais tinham interesse em maximizar os ganhos econômicos de seus territórios colonizados. Além disso, os franceses e os britânicos viam a necessidade de “enquadrar” as sociedades que estavam sob seu comando, sujeitando-os a uma ordem e uma disciplina impostas (AYUBI, 1995 p. 89).

O processo de integração da Síria no sistema capitalista se impulsionou sob o mandato francês pelo cultivo de algodão, que foi relevante para as finanças e as trocas comerciais. Durante o final do século XX, uma elite burocrática e homogênea se tornava realidade, desse modo, foi possível mediar com efetividade a autoridade central com as forças provinciais. Essa elite era composta por muçulmanos sunitas e se identificava como a ideia de nacionalismo (AYUBI, 1995, p.92).

Após a entrada dos franceses na Síria, Hashim Al-Atassi se reuniu com um grupo de intelectuais, em outubro de 1927, e fundou o Bloco Nacional, que passou a liderar o movimento nacionalista sírio durante os vinte anos seguintes. O Bloco Nacional foi um movimento de coalizão política que visava a independência total para a Síria por meio da resistência diplomática, em vez do uso da violência. Os membros do grupo consistiam em fazendeiros, advogados, funcionários públicos e profissionais treinados durante a dominação do Império Otomano, de Damasco, Aleppo, Homs, Hama e Lattakia. Atassi foi eleito Presidente permanente do Bloco Nacional. Esses notáveis não ficaram só responsáveis por questões comerciais e a independência, mas visionavam um nacionalismo “restaurativo”, que consequentemente enfraqueceria de maneira gradual o mandato francês. (AYUBI, 1995, p.92).

1.3 O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DA SÍRIA

O processo de independência da Síria iniciou-se em 1934, quando a França tentou impor um tratado segundo o qual a independência seria obtida de forma gradual, favorecendo o poderio francês. O tratado recebeu uma forte oposição

principalmente por parte do Bloco Nacional, que gerou greves e mobilizou as massas (AYUBI, 1995, p.94).

Em consequência, o Bloco Nacional foi reconhecido pelos franceses como o representante legítimo do povo sírio e, em 1936, al-Atassi foi convidado a ir a Paris para discutir as possibilidades da independência síria. Em 1936, após dois anos de negociações, foi concluído o Tratado Franco-Sírio de Independência, com o apoio de setores nacionalistas (AYUBI, 1995, p.95).

O acordo garantia que as subdivisões seriam unificadas em um só Estado, à exceção do Líbano, além de gradual retirada da intervenção francesa nos assuntos internos da Síria e redução das tropas de ocupação. Em troca, a Síria se comprometia a apoiar a França em tempos de guerra, permitindo inclusive o uso de seu espaço aéreo e a instalação de duas bases militares no território sírio. Os franceses aceitaram reduzir sua presença militar e sua interferência em questões locais (AYUBI, 1995, p.95).

Posteriormente, em 1941, a França, já enfraquecida devido à invasão alemã durante a Segunda Guerra Mundial, decretou diante da Liga das Nações a independência e soberania do Estado Sírio. Contudo, esse decreto só seria efetivado perante o Conselho da Liga e o governo americano depois que todos os tratados entre Síria e França estivessem de acordo com as leis franceses e ratificados pelas devidas autoridades (HALL, 2013, p.598-610).

As autoridades francesas, porém, só saíram de vez do território sírio em 17 de abril de 1946, ano em que a Síria obteve sua independência oficial. Com a independência, a Síria, todavia, não possuía uma autoridade central exclusiva que poderia servir de foco para a formação de uma identidade nacional que formaria também um senso de lealdade entre toda a população. Dessa forma, a Síria se tornou uma expressão geográfica com uma identidade nacional falha e desunida (HALL, 2013, p.598-610).

Fica evidente, com base no que foi exposto anteriormente, que os Estados nacionais do Oriente Médio foram criados obedecendo a uma lógica fronteiriça imperial, instituída de maneira que servisse aos interesses dos conquistadores. Houve uma revolta popular no mundo árabe contra os otomanos, mas essa revolta foi contida por potências europeias por meio de apontamento de líderes fantoches locais. Além disso, as clivagens sociais serviram de vulnerabilidade para as potências colonizadoras, elas foram capazes de configurar o mapa do mundo árabe,

seguindo uma lógica de lealdades locais que tinham que ser acomodadas aos interesses europeus. Assim, muitas regiões e Estados sofreram com a realidade dessas clivagens. Hoje, demandas sociais e territoriais oriundas de todo esse processo despertam, como é o caso da Síria (SCHIOCCCHET, 2011, p. 54).

O processo de formação dos estados nacionais do Oriente Médio não pode ser entendido como estando apenas relacionado ao período pós-colonial e às efetivas declarações de independência. Fronteiras religiosas, étnicas e políticas já vêm sendo desenhadas há séculos, no entanto, os mandatos europeus e a colonização foram capazes de definir e legitimar essas fronteiras. (SCHIOCCCHET, 2011, p. 54).

2 A CRISE DE IDENTIDADE E A POLÍTICA DOS ASSADS

Para que se possa entender a natureza e as características do Oriente Médio contemporâneo, é importante levar em conta seu legado colonial. A colonização dos países árabes provocou inúmeras consequências, uma delas foi a crise de identidade nacional presente em vários países do Oriente Médio. É um fenômeno que ocorre em democracias (Israel e Turquia), regimes republicanos (Egito e Síria) e monarquias semi-liberais (Jordânia e Bahrein). A região sofre com uma incapacidade de reconhecer e integrar a diversidade étnica cultural de cada país (KUMARASWAMY, 2006, p.64).

Adicionalmente, ocorre uma crise de legitimidade de poder dos líderes nacionais em relação à sociedade. Vendo a necessidade de legitimar o poder e o mandato desses líderes, muitos aderem ao uso da violência e da austeridade em suas políticas, para então adquirir o controle da sociedade e instaurar a ordem.

2.1 A CRISE DE IDENTIDADE SÍRIA

Os países do Oriente Médio se mostram incapazes de construir uma “nação” ou uma unidade. Na busca por uma resposta a essa incapacidade, deve-se levar em consideração o legado imperial e colonial. A desestruturação e a queda do Império Otomano deram origem a vários Estados, entretanto, nenhum deles, do ponto de vista do elemento social, surgiu de maneira homogênea e coesa. Como mencionado anteriormente, as principais forças imperiais (britânica e francesa) ativas nessa região foram responsáveis por dividir e reagrupar os grupos religiosos e étnicos na mesma nação. A Síria foi um exemplo disso. Durante o mandato francês, Estados foram criados paralelamente com a distribuição da população, com base em seus valores religiosos e étnicos (KUMARASWAMY, 2006, p.64).

Ainda que cada processo de independência possua suas especificidades, o que todos os processos de independência dos países do Oriente Médio têm em comum é que a grande maioria sofreu a carência de uma legitimidade de governantes locais aos olhos dos povos que passaram a comandar, como será visto adiante. Isso definitivamente acentuou a já referida crise de identidade (SCHIOCCCHET, 2011, p.55).

Ao mesmo tempo em que se percebe uma intensa dificuldade de definir a identidade, é possível ver uma tendência, nos países do Oriente Médio, a atrelar a

religião ao processo de construção de identidade. Todavia, apesar de o Islamismo ser a religião predominante, não é exclusiva no Oriente Médio, e por isso as minorias não muçulmanas ficam limitadas quanto à participação na formação da identidade nacional (KUMARASWAMY, 2006, p.65).

2.2 O IDEAL PAN-ARABISTA FRACASSADO E SURGIMENTO DA REPÚBLICA POPULAR SÍRIA

Kumaraswamy aborda, também, a identidade expansionista que alguns países árabes buscaram construir seguindo o caminho de antigos poderes imperais. A Síria é um exemplo disso, na medida em que teve dificuldade de aceitar a existência ou a emergência de novos estados em territórios que já fizeram parte do seu em algum momento no passado. O Líbano, por exemplo, se tornou um Estado devido à decisão dos franceses, mas os sírios não aceitaram essa decisão, mantendo presença militar significativa até 2005 naquele território (KUMARASWAMY, 2006, p.65).

A rota transnacional também foi utilizada para se estabelecer uma identidade comum. Ideias pan-arabistas e pan-islamitas surgiram como oportunidade. Essas identidades transnacionais seriam substitutas de uma identidade nacional. Ao invés de enfrentar as dificuldades de desenvolver uma identidade nacional, os árabes decidiram focar na cultura comum e na religião. Assim, as divergências se sobressaem e as tensões acabaram eclodindo (KUMARASWAMY, 2006, p.65).

Em 1948, o pensamento dominante no Oriente Médio era do pan-arabismo, que se tornou a força central nos processos políticos de vários estados árabes. O líder egípcio Gamal Abdel Nasser foi um grande propulsor dessa ideologia, que tinha como base o movimento do “Renascimento Árabe”. Para além de Cairo, essa ideologia se propagou em outras capitais, como Damasco e Bagdá (SCHIOCCHE, 2011, p.57).

Uma clara inspiração desse movimento pan-arabista foi a formação de vários partidos políticos de orientação socialista e nacionalista. Devido à sua recente independência e sua localização estratégica na região, o cenário político da Síria se mostrou instável até o final da década de 60. Com essa instabilidade, o instrumento político que se mostrou efetivo foi a força militar. Diante da emergência da influência do exército, partidos políticos foram surgindo. Um deles foi o partido Ba'ath, fundado pelo cristão ortodoxo Michel Afleq e o muçulmano sunita Salah al Din al Bitar. Esse

partido abraçava o ideal de uma união pan-arabista, ou da utilização do instrumento transnacional para a formação de uma identidade (DOSTAL, 2014, p.20).

O partido Ba'ath se mostrava predominante na Síria, buscava uma ligação ou conexão que unisse os povos seja por questões étnicas ou pela política anti-imperialista. O nacionalismo árabe promovido pelo Partido Ba'ath visava à união de todos os árabes, definidos em termos de língua e cultura comum. Em 1958 ocorreu a criação da República Árabe Unida (RAU), com o intuito de unir o Egito e a Síria em uma só nação sob a liderança de Gamal Abdel Nasser, o então presidente da RAU. Apesar das dificuldades econômicas, o que realmente produziu o desaparecimento da RAU foi a incapacidade de Nasser para encontrar a nova nação (HALL, p. 846).

Nasser estabeleceu uma Assembleia Nacional composta por 600 membros (400 integrantes do Egito e 200 integrantes da Síria), em que todos os partidos, incluindo o Ba'ath, estavam destinados a se dissolver, e os militares deviam se manter afastados do governo. No entanto, Nasser demonstrava mais interesse em estabelecer um poderio para os egípcios. As posições governamentais e as estruturas de poder estavam cada vez nas mãos dos egípcios, incluindo até mesmo os recursos petrolíferos da Síria. Essa situação provocou ressentimento entre os sírios e, conseqüentemente, o arrependimento pela formação da união. Nasser havia falhado em desenvolver qualquer tipo de aliança e demonstrou pouca preocupação com os sírios. Devido a essa insatisfação por parte dos sírios, em 1961 um golpe militar formado por uma comissão militar secreta composta por oficiais ba'athistas, inclusive Hafez al Assad, colocou fim à República Árabe Unida (HALL, 2013, p. 866).

Dada a sua agenda socialista no Egito, o Partido Ba'ath deveria ter sido o aliado natural de Nasser. Todavia, esse estava hesitante em compartilhar o poder e a junção de nações se desfaleceu em 1961. O Ba'ath perdeu certa influência e foi enfraquecido durante a instalação da República Árabe Unida, então, ela foi responsável por colocar fim a essa junção de nações e, em 1963, o Partido efetivamente tomou poder e foi instalada a República Popular da Síria (HALL, 2013 p.869).

2.3 A AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE DE PODER NA SÍRIA

O pós-colonialismo ajuda a analisar a história de determinado país, incluindo

as formas como o colonialismo afetou as políticas do Oriente Médio. É o que o autor Nazih Ayubi procura demonstrar em seu livro *Overstating the Arab State*, que tem como objetivo posicionar o Oriente Médio sob um molde teórico e comparativo no qual se procura evitar a reivindicação orientalista criada pelos ocidentais na qual os povos do Oriente Médio são vistos como únicos, peculiares e “exóticos”. Ayubi traz à tona o elemento da “política cultural” para sua análise (AYUBI, 1995, p. 4).

Over-stating o Estado Árabe para Ayubi implica que o poder, a eficácia e a relevância dessa união de Estados caracterizados pelo fator de serem árabes, na verdade, são algo subestimado. Para Ayubi, o Estado Árabe não é consequência de um crescimento natural de sua história socioeconômica, ou de sua tradição cultural ou intelectual. O Estado Árabe é na verdade um estado feroz, no sentido em que frequentemente é necessário fazer uso da coerção e da força para se preservar e se auto-determinar. Para Ayubi, o Estado árabe não é “forte”, pois carece de um poder estrutural que permite que o estado penetre a sociedade através de mecanismos eficientes como o sistema de taxação e a carência de uma hegemonia ideológica que obstrui o processo de legitimidade de classe em poder (AYUBI, 1995, p.4).

De acordo com Gramsci, um Estado consiste em

[...] the entire complex of practical and theoretical activities with which the ruling class not only justifies and maintains its dominance, but manages to win the active consent of those over whom it rules – (GRAMSCI, 1971 apud. AYUBI 1995, p.5)

Gramsci desenvolve o conceito de hegemonia e faz dele um componente essencial para um Estado. Ele incorpora o aparato de hegemonia em paralelo com a sociedade civil. Para Gramsci, um Estado é composto por uma sociedade política e uma sociedade civil. Dessa maneira, Gramsci percebe que a classe dominante não podia apenas se basear em poder coercitivo, mas também em sua hegemonia expressa na sociedade civil e no estado, onde os governados podem ser persuadidos a aceitarem o sistema da classe governante, compartilhando seus valores sociais, culturais e morais. Para uma hegemonia ser considerada eficiente, ela não deve se limitar apenas à estrutura política, deve abranger a área cultural e ideológica, na qual o Estado se torna um educador. A noção de hegemonia proposta por Gramsci consiste em uma nova relação entre estrutura e superestrutura, e tenta se afastar da determinação da estrutura sobre a superestrutura, mostrando a

centralidade da sociedade civil, bem como a ideologia, que aparece como essencial nas relações sociais. Deste modo, uma possível tomada do poder e construção de um novo bloco histórico passa pela consideração da centralidade dessas categorias (AYUBI, 1995, p. 7).

Para Gramsci, a criação de um Estado com uma classe condutora consiste na presença de uma hegemonia que é atingida pela difusão de uma “visão universal” para todas as agências que exercem algum tipo de controle ideológico e a socialização dessa visão no cotidiano das pessoas, até um ponto que essa visão seja internalizada pelas massas e que faça parte de seu *common sense*. Isso pode ocorrer por meio de um diálogo e uma interação entre a estrutura e a superestrutura, em que possam ocorrer relações e reações recíprocas (AYUBI, 1995, p. 8).

A difusão de uma visão universal ou de uma ideologia para a formação de Estado foi a tática seguida pelo Partido Ba’ath. O autoritarismo populista pode ser utilizado para descrever a maneira como o Partido Baath se engajou em uma mobilização social controlada “de cima” para reforçar uma mudança em que houvesse uma remoção da burguesia tradicional do poder político e a implementação de uma reforma social. Em 1966, alguns anos depois do fracasso da união pan-arabista entre o Egito e a Síria, a nova versão do partido consistia em um conjunto de oficiais militares liderado por Salah Jadid, um alauita, que tinha como aliado Hafez al-Assad (DOSTAL, 2014, p.21).

O partido sob nova liderança adota políticas esquerdistas, principalmente no que concerne a uma distribuição igualitária de terras. Já sua política externa visava uma “guerra do povo” em que houvesse a libertação da Palestina. No entanto, o partido, encabeçado por Salah Jadid, declinava em termos de estabilidade e demonstrava certa imprudência com seu radicalismo. A Guerra dos Seis Dias, de 1967, também foi responsável por enfraquecer e deslegitimar o partido. A guerra envolveu outros países árabes, tais como Jordânia, Iraque, e Egito, todos contra Israel. A guerra encerrou-se com a derrota militar da Síria e do Egito e com a perda de um território sírio para os israelitas, conhecido como as Colinas de Golã, que são consideradas militarmente estratégicas, devido à sua altitude e também são relevantes em razão de suas fontes de água em uma região que sofre anualmente de secas (DOSTAL, 2014, p.22).

Apenas em 1970, quando Jadid foi removido e Hafez al Assad tomou controle, foi possível restabelecer a estabilidade. Suas habilidades retóricas e seu

carisma foram usados para construir uma forte coesão em torno de sua personalidade. Ao acabar com os atritos no interior do partido Ba'ath – por meio do exílio e detenção de oposição –, Hafez foi responsável por consolidar o poder e institucionalizar uma visão militarizada do Ba'ath. A estratégia de Hafez consistia na criação de uma aliança política mais ampla em que setores da tradicional burguesia foram reingressados ao regime com outros corpos políticos. Em resumo, o radicalismo de transformação social foi reduzido (DOSTAL, 2014, p.4).

O sectarismo é outra característica predominante no regime sírio. A estrutura do estado sírio é controlada por alguns membros da minoria alauita, que formam coalizões formais com outras minorias, tais como os cristãos e os druzas. Os alauitas são frequentemente categorizados como muçulmanos xiitas. Todavia eles se aproximam muito de tradições e princípios cristãos. Os alauitas se diferenciaram da principal corrente ou escola xiita, conhecida como o *Twelver*, sob a liderança de Ibn Nusayr. Antes de 1920, eram conhecidos como Nusayris, o nome “Alauita” deriva de Ali ibn Abi Talib, que era o primo e genro do profeta Maomé, reverenciado como tal. Os alauitas acreditam que Ali seja o primeiro descendente legítimo de Maomé. A mudança de nome foi feita ainda durante o mandato francês sobre a Síria, para enfatizar sua adoração por Ali. Os alauitas são descritos como altamente secretos, resultado de muitos anos de isolamento do restante da sociedade e da perseguição sofrida pela maioria sunita. São considerados heréticos também por rejeitarem a Sharia (direito islâmico) e outras práticas islâmicas comuns, como a reza, ida à mesquita, fazer peregrinações à Meca e a intolerância ao álcool. Ao mesmo tempo, os alauitas celebram muitas datas comemorativas cristãs e até mesmo reverenciam santos cristãos (BHALLA, 2011, p.3).

Esse povo sempre foi muito ativos no cenário político sírio. Hoje, atua como uma elite política minoritária, que compõe uma parte significativa do corpo político sírio. Esse elemento de minoridade, em um país onde a maioria da população é de religião sunita, gerou certa insatisfação e tem grande implicação para a situação atual. Sendo assim, o partido Ba'ath e a elite alauita sempre tiveram a difícil tarefa de implementar os mecanismos de hegemonia de Gramsci, que promoveria o consenso na sociedade civil.

2.4 A POLÍTICA DE HAFEZ AL-ASSAD

Antes de Assad chegar ao poder, a política síria era extremamente instável. Desde 1949, três anos após a conquista da independência, até 1970, a Síria presenciou cerca de vinte golpes militares, quase um a cada ano. Como foi anteriormente dito, em 1970 ocorreram mudanças dentro do partido Ba'ath, e Hafez al Assad liderou um movimento também conhecido como *The Corrective Movement*, que tem como objetivo a eliminação de grupos radicais que compunham o Partido Ba'ath, separando os reformistas dos radicais de Salah Jadid, principalmente em relação a ideias divergentes no que diz respeito à atuação do país após a Guerra dos Seis Dias. Hafez foi capaz de remover os radicais de posições importantes das instituições, mas manteve os princípios do Partido Ba'ath. Isso foi um acontecimento marcante para a história política da Síria. Com um viés mais moderado e menos ideológico, Hafez al Assad foi capaz de construir um sistema político estável que permitia que a nação síria se tornasse um influente “player” regional e consolidasse o poder da família Assad. Em fevereiro de 1971, Hafez al Assad tomou o poder por meio de um golpe militar (DOSTAL, 2014, p.22).

Dentro do desenvolvimento político que se observa de 1950 até 1970, é possível notar uma transição. No início, o objetivo era a monopolização do poder por meio do aparato militar. Ocorre uma transformação gradual na qual se tinha uma liderança política representada por um partido ideológico, mas atualmente presenciamos uma liderança dominada pela minoria alauita, concentrada na família Assad e representada principalmente pela personalidade de Hafez al Assad (SAOULI, 2014, p.4).

Hafez Al Assad, como um governante, foi responsável por transformar a política pós-colonialista síria em um modelo de estado com estabilidade autoritária. A estabilidade do regime Assad se fundava em três pilares, estes consistiam em capacidade e domínio dos instrumentos de poder, construção de uma base social suficientemente ampla para reforçar seu domínio sobre os instrumentos de poder e a criação de um sistema presidencial centralizado e altamente personalizado, sustentado por um culto de personalidade. Hafez al Assad fez uso de sua autoridade em expansão para converter os principais aparatos de poder, como o partido, as forças armadas, aparelhos de inteligência e segurança, em instrumentos de poder pessoais (LEVERETT, 2005, p.24).

Hafez reorganizou o sistema de uma maneira que tivesse controle pleno. O novo sistema era caracterizado pelo domínio do poder presidencial com o controle de diversas instituições. As principais instituições diante do novo governo eram: o presidente, *blurred boundaries*, no sentido em que o poder do presidente não tinha limites concretos; o exército, os serviços de segurança que atuavam de maneira independente; as instituições formais, que consistiam em ministérios com a atuação de um primeiro ministro e com o apoio do parlamento; e, por fim, o próprio Partido Ba'ath que, em conjunto com outros partidos, formou a Frente Nacional de Progresso, em 1972. A característica mais marcante desse partido era a concentração do poder na figura presidencial (DOSTAL, 2014, p. 23).

Hafez al Assad vinha de uma família modesta e fazia parte da minoria religiosa na Síria, os alauitas. Esse elemento minoritário foi sempre um marco em sua política durante os anos que permaneceu no governo. Constantemente buscava formas de governabilidade que permitissem a ascensão socioeconômica e política dessa minoria. Uma de suas medidas foi ocupar o partido e outros aparatos de segurança com membros leais e criar redes de patrocínio com outros grupos minoritários como drusos e cristãos. No entanto, a base social do regime de Assad não era estritamente composta apenas pelos alauitas. Além dos elementos de minorias, o regime se aliou com a classe rural sunita, que era menos radical e não era atraída pela ideia de um islamismo politizado, como a Irmandade Muçulmana. Durante sua presidência, Assad pai visava uma base social ampla que desse suporte ao seu mandato, e por isso sempre tentava levar em consideração as sensibilidades religiosas e os interesses econômicos, principalmente da classe sunita urbana. No tocante à área econômica, Assad procurou abrir a economia, ainda que com certo controle do estado, para uma maior participação da elite sunita. Assad não tinha a intenção genuína de empoderar essa classe, contudo, via a necessidade de mantê-los dentro de sua zona de controle (LEVERETT, 2005, p.25).

O governo de Hafez reforçava sua estrutura de poder ao estabelecer um círculo interior que consistia em poderes sectários que se mostravam fiéis ao presidente e respondiam diretamente a ele. Esse grupo consistia em diplomatas, militares, oficiais de inteligência, todos escolhidos pelo presidente e muitas vezes com laços familiares os conectando diretamente a Assad. Dessa maneira, essa *jama'a* (grupo, em árabe) se constituía como uma rede informal leal que executava as ordens de Assad e também garantia um controle sobre a oposição e os críticos

do regime sírio. Ou seja, as instituições formais e informais complementam uma à outra de maneira que se construía a base de poder do regime sírio (LEVERETT, 2005, p.26).

Assad foi responsável também pela criação de um novo sistema codificado em uma constituição em 1973. A Síria, apesar de ter um sistema político centralizado na figura do presidente, também exalava o poder centralizado no Partido Ba'ath. O regime sírio possuía um parlamento legislativo denominado de "Conselho do Povo". Esse parlamento é unicameral e possui 250 cadeiras, com a maioria direcionada para a Frente Nacional de Progresso, também criada pela Constituição de 1973, e consistia em uma coalizão de outros partidos e sindicatos sob a liderança do Partido Ba'ath, que controla um total de 168 cadeiras. As outras 77 cadeiras são controladas por coalizões menores e outros grupos étnicos. Todos são eleitos por sufrágio universal e permanecem no poder por quatro anos (PEREIRA, 2014, p 48).

2.4.1 A Economia Síria sob o Comando de Hafez al Assad

O objetivo da política econômica síria, durante o mandato de Assad pai, era evitar qualquer tipo de crise socioeconômica que pudesse ameaçar a estabilidade do regime. Em termos de gerir a economia doméstica, Hafez al Assad tinha a importante tarefa de conciliar as relações e os interesses da burguesia urbana Sunita. Suas medidas incluíam a austeridade, o ressurgimento do setor privado e a promoção de exportações. Isso tudo sob o contexto de um ambiente com alto nível de políticas burocráticas e a presença de classes divergentes. O resultado disso, envolveu perda de renda para as classes média e baixa, enquanto uma nova classe "rica" emergia, o que refletia o interesse das forças dominantes das coalizões do regime – a burguesia do estado, a burguesia comercial e o campesinato. A economia síria, sob o poder do Ba'ath e Hafez al Assad, também presenciou a emergência de desigualdades particionadas pelo Estado, resultado de existência de uma rede de privilégios forjada por elites estatistas e parceiros do setor privado. Os comerciantes souberam estabelecer uma relação favorável com o controle do regime, para o sucesso de seus negócios, por meio de um mecanismo em que eles mantinham seus negócios pequenos, sem ameaçar o regime e recebendo proteção do Estado. Além disso, os comerciantes e empresários estavam sujeitos a

regulações estatais e se viam dependentes de instrumentos de mediação com oficiais do governo, como subornos (HINNESBUSCH, 2007, p. 272).

A área rural é geralmente vista como beneficiária da política econômica Ba'thista. Ocorreu uma transformação no campo devido a uma equalização de posse de terra, recuperação de terras, implementação de um sistema de irrigação eficiente, a propagação da educação e um aumento de renda rural. Os camponeses também precisavam lidar com a burocracia, mas não estavam mais impotentes em relação ao acesso a benefícios e se mostravam capazes de evadir as regulações governamentais. Consequentemente, um processo social de igualdade rural, redistribuição de terras e oferecimento de serviços rurais por parte do governo provocou uma maior produtividade para o setor agrícola (HINNESBUSCH, 2007, p. 273).

Os anos 90 foram um período de importância para a liberação econômica e política no mundo árabe. O autoritarismo estatista mostrou exaustar o regime sírio. Em 1991, Assad autorizou uma reforma para o ambiente legal e regulatório para o investimento externo e essa lei ficou conhecida como *Investment Law Number 10*. No entanto, isso apenas erodiu as margens do estado socialista na Síria. Além disso, na última década da presidência de Assad pai, a Síria se mostrava isolada do restante da comunidade internacional e não desenvolveu relações internacionais com outros países que pudessem auxiliar e fornecer um perito para a criação de um projeto de reforma econômica. Enquanto isso, o setor público permanecia enorme, com empresas públicas ineficientes, empregando cerca de metade da força trabalhadora do país e outros 23%, prestando serviço diretamente para a burocracia governamental. A iniciativa privada e o empreendedorismo continuavam engessados devido à exaustiva regulação e às condições econômicas pouco atrativas. Sendo assim, apesar da promulgação da Lei de Investimento 10, o investimento externo continuou desprezado devido ao ambiente burocrático inóspito e à corrupção (LEVERETT, 2005, p.33).

A economia síria ainda se mostrava perigosamente pouco diversificada em seus recursos de receita. Durante a última década do mandato de Assad, a economia síria se mostrava crescentemente dependente de petróleo, que emergiu como o setor principal de exportação naquele período. Até o final dos anos 90, o setor petrolífero representava dois terços de todas as exportações sírias, e cerca de metade dos gastos governamentais. A receita do setor agrícola, uma importante e

tradicional esfera da economia nacional e o segundo maior setor exportador da Síria, se mostrava volátil devido aos aspectos climáticos e à quantidade das chuvas (LEVERETT, 2005 p.34).

Hafez al Assad ainda teve que lidar o fenômeno demográfico do crescimento populacional em uma das populações mais expansivas e crescentes do mundo. Quase metade da população síria nos 90 eram menores de 15 anos, com no mínimo 200,000 pessoas entrando para o mercado de trabalho anualmente. Com o setor privado fraco e o setor público já completo e sobrecarregado, a política econômica síria enfrentava um grande problema para criar empregos suficientes para absorver a crescente força de trabalho e evitar os altos níveis de desemprego. Para incrementar e estimular a atividade econômica síria, seria necessário um ajuste estrutural significativo (LEVERETT, 2005 p.34).

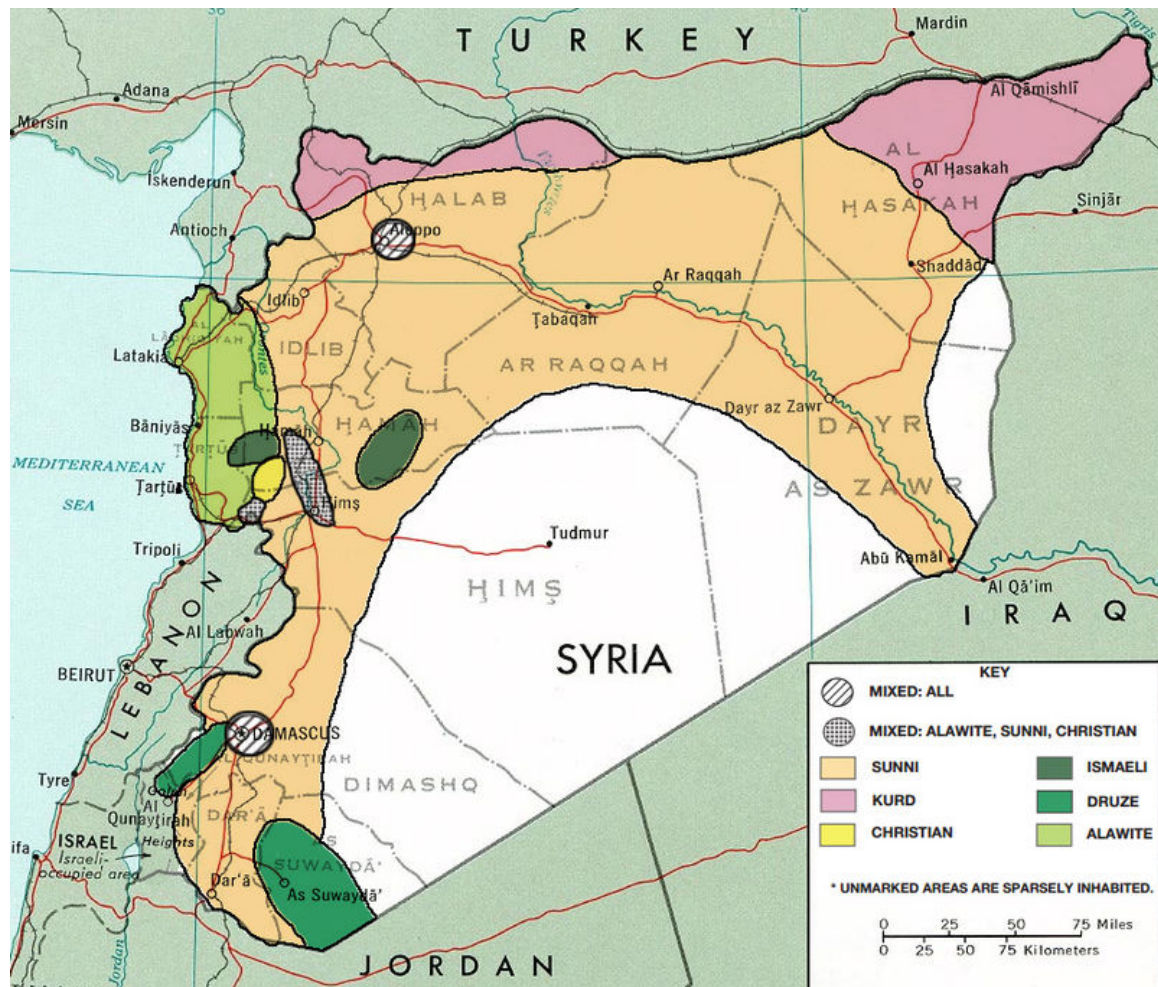
Hafez al Assad, foi presidente por três décadas. Em seu mandato, foi capaz de consolidar um poder central após décadas de golpes militares. Ele trouxe mudanças, incluindo a Constituição de 1973, que garantiu direitos iguais para as mulheres na sociedade. Assad ainda se empenhou em industrializar o país e tentou abrir a economia para o mercado externo. Ele investiu em infraestrutura, educação, medicina e alfabetização. Com a descoberta dos recursos de petróleo, a economia expandiu. No entanto, ele foi criticado pela repressão de seu próprio povo, particularmente por ter ordenado o Massacre de Hama, em 1982, que será abordado adiante. Adicionalmente, grupos de direitos humanos detalharam inúmeras execuções extrajudiciais de opositores do regime (LEVERETT, 2005, p.37).

2.4.2 Os Conflitos Com a Oposição

Nas esferas políticas e sociais, o mais importante desafio para Hafez al Assad foi a divergência e a clivagem social entre a maioria sunita de um lado e as outras comunidades minoritárias religiosas e étnicas. Essa clivagem mal resolvida será um importante aspecto para o sucessor de Hafez al Assad, principalmente por causa do caráter minoritário do regime. Como foi abordado anteriormente, Hafez foi capaz de conquistar o suporte passivo da comunidade rural sunita que se beneficiava das políticas econômicas Ba'athistas. Em inúmeros momentos, Assad pai tentou acomodar os interesses e sensibilidades da comunidade sunita urbana, para amenizar a oposição contra o governo e firmar uma cooperação. No entanto, esses

esforços não foram suficientes para definitivamente suprir as divergências sectárias que faziam parte da realidade social síria.

Figura 3 – A Composição Étnica da Síria em 1976



Fonte: Instituto para Estudo de Guerra (Institute for the Study of War)

Essa realidade foi demonstrada mais intensamente com a atuação da Irmandade Muçulmana na década de 70 e 80, durante o mandato de Assad pai. Mesmo o governo sírio ser considerado laico, o mapa acima indica que sociedade não é secular, indicando uma possível divergência na relação do governo com sua sociedade. A sociedade síria se mostrou coesa devido a medidas tomadas durante o governo de Hafez, que incluem o uso de forças armadas e a utilização da violência para inibir qualquer perturbação na ordem interna. O exemplo mais marcante desse uso da força foi em 1982, com o Massacre de Hama, abordado adiante (ZAHREDDINE, 2013, p.8).

Hoje o país vive em uma guerra civil que teve início em manifestações e eclodiu em um conflito armado. No entanto, essa atuação da oposição, tanto civil quanto religiosa, se data de décadas atrás, quando Hafez al Assad ainda estava no poder. Ao mesmo tempo que Hafez al Assad impunha medidas para fortalecer o Estado, sem intenção ele acabou criando condições para a própria deformação do Estado. Primeiramente, a ausência de liberdade política e transparência alienou as diferentes forças políticas do processo de decisão. Mesmo que o governo tenha incorporado outros grupos sociais como a classe social urbana sunita, o grupo responsável pela efetivação de medidas e tomada de decisões era concentrado em um pequeno grupo em torno do presidente. Em seguida, as características ideológicas e sectárias expunham o regime a ataques da oposição política. Além disso, houve a remoção de oficiais militares drusos e sunitas, e a intensificação do domínio dos alauitas e dos irmãos Assad – Rifaat Al Assad é irmão de Hafez al Assad, e liderou forças militares e companhias de defesa, na década de 70, provocou vários grupos políticos a desafiarem o governo tanto em termos ideológicos, como militarmente (SAOULI, 2014, p 5).

A organização conhecida como Irmandade Muçulmana foi concebida já na década de 1930, contudo, foi fundada apenas em 1945, um ano antes da independência do país. A Irmandade também tinha atuação no Egito e começou, de fato, a receber mais atenção política na década de 1960, por atuar com resistência ao Partido Ba'ath, que estava controlando as questões políticas do país. Eles questionavam a legitimidade do regime sírio governado pelos alauitas em prol do nacionalismo árabe. Os muçulmanos sunitas, que foi e ainda é a religião predominante no país, acreditavam que não recebiam representação diante do governo. A Irmandade se tornou a oposição mais forte e proeminente para o novo governo Ba'athista. Nas eleições parlamentares de 1961, ganharam dez assentos no parlamento. Contudo com a tomada de poder do Partido, a Irmandade foi retirada, e foi proibido qualquer tipo de atuação da parte deles. Consequentemente, em 1964 e 1965, a Irmandade se radicalizou, promovendo revoltas e demonstrações nas cidades principais da Síria, como Hama (PIRES, 2013, p.8).

Como já foi exposto anteriormente, quando Hafez al-Assad deu o golpe militar e se instalou no governo, ele promoveu uma série de mudanças que transformaram o partido Ba'ath em um instrumento de articulação para uma elite limitada em torno da figura do Presidente. Com a exclusão política promovida pelo regime, a

Irmandade Muçulmana começou a atuar em espaços privados. As medidas tomadas pelo governo de Hafez alienaram em certa medida as classes médias comerciantes e as burguesias tradicionais, ao mesmo tempo em que se criava uma nova burguesia entre os membros leais do governo que pertenciam às comunidades minoritárias. Posteriormente, de 1976 até 1982, os islamistas da Irmandade atuaram em uma campanha revolucionária, com conflitos diretos em que tanto militares como civis foram mortos (HALL, 2013, p. 882- 885).

Após a invasão da Síria no Líbano em 1976, movimentos sunitas, incluindo a Irmandade, iniciaram um levante, promovendo guerrilhas contra o governo. Em 1979, esta oposição começou a preocupar o governo, ameaçando a rede de segurança do regime. Os muçulmanos Sunitas tinham o apoio da elite urbana, todavia, seu radicalismo facilitou o próprio declínio (PIRES, 2013, pp.6). O governo respondeu com ordens de prisão e tortura de integrantes da Irmandade. Esse conflito culminou quando Assad ordenou a retenção da resistência islâmica que se encontrava na cidade de Hama, deixando cerca de 10 a 40 mil mortos. Essa resposta do governo sírio foi responsável por desencorajar a maioria dos movimentos contrários ao seu governo até a morte de Hafez, em 2000 (BHALLA, 2011 p.5).

A brutal supressão dessa revolta foi um momento definidor da política doméstica da presidência de Hafez al Assad. Esse trágico evento é visto como uma resposta de um autocrata que não desfruta plenamente de uma legitimidade perante seu povo e, periodicamente, esse mesmo povo representa uma ameaça para o regime de Assad, que faz uso da força coercitiva para conter a reação. Simultaneamente, desenvolveu-se um culto simbólico à figura do líder, em que empregadores e donos de lojas penduravam imagens de Assad em suas portas. É possível perceber que as pessoas não eram demandadas a acreditar na ideologia, mas apenas agir como se acreditassem, criando um ambiente de conformidade sustentado pelo medo. Além disso, os segmentos da sociedade síria que detinham o capital eram aqueles sob a proteção do regime, acumulados com apoio e estímulo do Estado. Outra consequência dos levantes de 1979-1982 foi o exílio de líderes da Irmandade Muçulmana, a criminalização de suas atividades e o controle das mesquitas (PIRES, 2013, pp.6).

O direito da população de estabelecer organizações sociais está consagrada na Constituição Síria (Artigo 39), mas isso é dificilmente refletido na sociedade sob o

regime de Assad pai. Durante seu mandato, alguns intelectuais sírios foram capazes de se estabelecerem na década de 80 como teóricos de sociedade civil, com certa liberdade para exporem suas visões e opiniões publicamente. Já na década de 90, ocorreram liberalizações mais estéticas e superficiais, mas a emergência de associações políticas independentes foi proibida por autoridades governamentais, que sempre visavam o enfraquecimento da oposição (LEVERETT, 2005, p.37).

2.5 CONTINUIDADE OU RUPTURA?

Com a morte de Hafez al Assad em 10 de junho de 2000, a elite política deixou claro que não estava aberta para qualquer tipo de contestação de poder. O que se questionava era se Bashar al Assad iria embarcar em um projeto objetivo e reformista ou se ele estaria ocupado demais com a consolidação e a legitimação de sua posição para considerar mudanças políticas significantes (LEVERETT, 2005, p.57).

O que realmente era planejado não foi possível se concretizar. A pessoa ideal que iria tomar o lugar de Hafez al Assad era, na verdade, seu filho mais velho, Bassel al Assad. Desde muito cedo, Bassel al Assad, foi preparado para que tomasse o lugar de seu pai. No entanto, em 21 de janeiro de 1994, Bassel sofreu um acidente de carro e faleceu. Diante desse evento, o filho menos conhecido de Hafez, Bashar al Assad foi indicado para a presidência. Até então, Bashar era formado em Medicina pela Universidade de Damasco e estava cursando uma pós-graduação em oftalmologia na Inglaterra na época do acidente do irmão, indicando sua pouca afinidade com a política (LEVERETT, 2005, p.57).

As eleições presidenciais foram efetuadas em 10 de julho de 2000, por referendo, e elegeram Bashar al Assad como o novo presidente. As eleições continham apenas uma candidatura e era proibido qualquer tipo de oposição política. Os votos eram a favor ou contra a candidatura de Bashar, portanto, ele venceu com 99.7% dos votos. Além disso, foi tomada outra medida para a legitimação dessa transição, ela incluía a emenda do Art. 83 da Constituição, que diminuía a idade mínima requerida para a presidência, que antes era de 40 anos, para 34 anos, exatamente a idade que Bashar tinha na época. Ao assumir o cargo, Bashar expressou a necessidade de modernizar a economia, educação e administração. Ele também trouxe à tona a importância do pensamento “democrático” e do princípio de

aceitar as opiniões de outros. Todavia, muitos questionavam, principalmente os ocidentais, se Bashar al Assad seria passivo em relação ao regime que já estava instalado para ele (HINNEBUSCH, 2007, p.12).

Com base na formação pessoal de Bashar al-Assad e sua familiaridade com o Ocidente, tudo indicava que ocorresse uma inclinação para a reforma. No entanto, ele enfrentava a difícil tarefa de conciliar o legado de seu pai e trabalhar com todo o corpo político instaurado pelo seu antecessor. A transição de poder para Bashar al Assad significava uma nova fase para a Síria e para o Oriente Médio como um todo. Dessa maneira, ele representava um dinamismo em questões domésticas. Em questão de política externa, ele carregava o peso de seguir com a estratégia do pai, que era considerado altamente qualificado, estratégico e pragmático. Com a vinda de Bashar, a reforma se tornava algo mais palpável para o cenário doméstico, que apresentava problemas no ambiente político e econômico (LEVERETT, 2005, p.59).

Inicialmente, as instituições e figuras políticas, que foram nomeados por Hafez al Assad e compunham a estrutura política voltada à figura presidencial, já não se mostrava credível. Desde o início de seu mandato, o novo presidente enfrentava oposição de um grupo remanescente, incluindo famílias ambiciosas, com interesses burocráticos, institucionais e econômicos, que viam essa transição presidencial como uma ameaça para seus interesses e privilégios. Eventualmente, Bashar foi capaz de se estabelecer como o principal tomador de decisões, e sua nova equipe, que visava uma reforma, se tornou a tendência dominante do regime. O projeto de Bashar era considerado como autoritário e modernizador ao mesmo tempo. Sua primeira prioridade foi renovar o quadro político e os cargos de liderança, ele projetou uma renovação da elite política dentro dos três anos após assumir o cargo de presidência. Cerca de 60% dos oficiais foram substituídos por uma nova geração política. A maioria desses novos oficiais eram tecnocratas com formação no Ocidente em economia ou engenharia, o que favorecia a integração do país na economia mundial (HINNEBUSCH, 2007, p.13).

2.5.1 A Economia da Síria sob Bashar al Assad

Em termos econômicos, Bashar tentou ser inovador. Suas reformas incluíam a restrição de interferência do partido político e outras forças de segurança em questões de administração econômica. Dessa forma, foi possível criar um ambiente

onde se pudesse promover uma economia mais orientada ao mercado. Ocorreu também a abertura de bancos privados e seguradoras, e o desenvolvimento do acesso à internet. Contudo, Bashar não atingiu diretamente a burguesia sunita, que era de extrema relevância para o regime e que detinha investimentos produtivos. Ao contrário disso, Bashar procurou fazer uso de acordos econômicos internacionais, principalmente com a Europa Mediterrânea (HINNEBUSCH, 2007, p.13).

O novo presidente visava estimular o desenvolvimento de um setor privado mais empreendedor, reduzindo os custos de transação da econômica local, e amenizar as barreiras de interação com a economia global. Para aumentar a demanda de consumo da população, em seus primeiros meses de mandato, Bashar al Assad ordenou um aumento salarial para os funcionários públicos, fez mudanças relevantes na legislação para permitir a introdução do cartão de crédito e a importação privada de automóveis no mercado (LEVERETT, 2005, p.80).

Adicionalmente, Bashar também foi responsável por implementar a iniciativa de estabelecer bancos privados na Síria, que precisava enfrentar a inércia burocrática. O sistema de capacidade da Síria se mostrava deficitário e teve uma implicação para a formulação da economia política. A saga para introduzir os bancos privados demonstra isso. Apesar de terem decretado, no início de 2001, a permissão de estabelecer bancos privados, o sistema não estava desenvolvido o suficiente tanto em questão legal quanto regulatória para operar com um setor financeiro privado. Sendo assim, foi apenas no meio de 2002 que um comitê de dinheiro e crédito foi instaurado no Banco Central com o poder de definir a política monetária, incluindo a autoridade para definir taxas de juros. Em 2003, uma comissão especial foi formada para implementar regulações para os decretos presidenciais, legalizando os bancos privados; com a promulgação dessas regulações, alguns bancos privados começaram a surgir. Esses atrasos indicam a falta de qualificações de tecnocratas para criarem leis necessárias e regulações para governar o setor financeiro privado (LEVERETT, 2005, p.80-81).

Bashar al Assad também precisou enfrentar barreiras estruturais, e uma delas envolvia o alto nível de corrupção, dificultando a introdução da competição em setores chave da economia síria. Sob o mandato de Bashar, a corrupção envolvia figuras e famílias importantes do regime. Um exemplo disso era a família do vice-presidente, os Khaddam's, que tinha o monopólio da indústria alimentícia, uma área que era alvo de uma reforma para a possível criação de vantagem competitiva.

Contudo, com a dominação de *players* poderosos como a família Khaddam, a entrada de novos negócios era desestimulada. A corrupção se estendia à própria família de Bashar. A família da mãe de Bashar, os Makhlufts, era responsável por criar um império comercial, o que os tornara a família mais proeminente em questões de negócios. As figuras do regime, seus membros familiares e empresários que lucravam com seu *status quo* resistiam às medidas de liberalização econômica, e certamente impunham limitações para a estratégia econômica que Bashar al Assad visava (LEVERETT, 2005, p.83-84).

Uma estratégia que Bashar buscou, em um esforço para trabalhar em volta dessas barreiras estruturais, foi a utilização de acordos econômicos internacionais, particularmente um acordo de associação com a União Europeia. Suas negociações foram iniciadas ainda durante o mandato de Hafez al Assad, em 1998, e Bashar trabalhou para revigorar as negociações assim que assumiu o poder. Esse acordo seria um instrumento para acelerar o processo de mudança doméstica. No entanto, devido à falta de comprometimento da parte síria em relação à eliminação de armas de destruição de massa, o acordo não teve êxito. O acordo aborda questões políticas, econômicas e comerciais e uma futura cooperação, contudo, ainda não foi assinado (LEVERETT, 2005, p. 85).

2.5.2 As Políticas de Bashar al Assad para a Sociedade Civil

Bashar al Assad se empenhou para uma reforma política e social, e o desenvolvimento da sociedade civil na Síria. Bashar reconhecia a importância da emergência de uma sociedade civil mais robusta e coesa, bem como a necessidade de cumprir as demandas e suprir as necessidades de identidades sectárias que compunham a sociedade civil. O crescimento da participação da sociedade civil também estava ligado aos esforços para desenvolver um setor privado e corporativo (LEVERETT, 2005, p. 87).

Com sua ascensão ao poder, acreditava-se que pudesse se criar um ambiente mais propício para a liberalização política. Logo no início de seu mandato, Bashar al Assad agiu para reduzir o culto à personalidade, instaurado durante a presidência de seu pai, ao ordenar a remoção de imagens, algo que foi muito notado por Damasco. Adicionalmente, Bashar permitiu uma maior liberdade de expressão e de atuação da mídia. Durante seu primeiro mês de mandato, ele apontou novos

diretores para a agência de notícias da Síria (*Syrian Arab News Associations*) assim como para a rádio estatal, e nomeou novos editores para os principais jornais do país. Em dezembro de 2000, Bashar anunciou a permissão a outros partidos, que eram integrantes da Frente Nacional Progressiva, para publicarem seus próprios jornais (LEVERETT, 2005, p. 88).

Outro indicador das medidas reformistas de Bashar al Assad foi seu tratamento a Aref Dalilah, o ex-diretor do departamento de Economia da Universidade de Damasco, que foi afastado de sua posição em 1998 por ter acusado o até então Primeiro Ministro Mahmud Zu'bi de corrupção. Sendo assim, Bashar restaurou a posição para Dalilah e também lhe forneceu uma plataforma midiática, por meio de uma publicação jornalística, para fazer uma crítica à economia Ba'thista (LEVERETT, 2005, p. 89).

Bashar também atuou para fortalecer a sociedade civil. Ainda no seu primeiro ano de mandato, Bashar permite que uma antiga organização de direitos humanos, reprimida na década de 1990, o *Committee for the Defense of Democratic Freedoms and Human Rights in Syria*, retomasse suas atividades. Uma nova organização de direitos humanos, a *Syrian Human Rights Committee*, também se instalou sob a liderança de um advogado e ativista sírio que foi preso durante a década 80 sob o regime de Hafez al Assad (LEVERETT, 2005, p. 89). O que se questionava, no entanto, era como Bashar seria capaz de equilibrar seu impulso para a liberalização e a necessidade de regular as mudanças diante da estrutura de poder já instaurada pelo seu pai.

Bashar al Assad esforçou-se para uma maior liberalização da mídia e abertura da sociedade, com a permissão de funcionamento de algumas organizações sociais. A primeira manifestação amplamente reconhecida na sociedade civil na Síria ocorreu em setembro de 2000, apenas três meses após a morte de Hafez al Assad e dois meses após a posse de Bashar, quando noventa e nove intelectuais proeminentes e artistas assinaram e publicaram um manifesto para aumentar a participação política de todos os segmentos da sociedade, A "Declaração dos 99", como ficou conhecida, argumentava que as reformas administrativas, econômicas e legais não iriam ser suficientes para atingir os objetivos pretendidos, sem uma reforma política complementar. Especificamente, os autores e signatários advogavam para "um fim ao estado de emergência e da lei marcial em vigor desde 1963". A publicação dessa declaração foi um evento

catalítico que promoveu maior participação e ativismo por parte da sociedade civil síria (LEVERETT, 2005, p.94).

Fóruns políticos informais e grupos de discussões proliferaram em Damasco e em outras cidades sírias. Inicialmente, Bashar prestava suporte para esse desenvolvimento societário. Por conseguinte, duas facções emergiram, uma condizia um grupo moderado de alguns signatários da Declaração de 99, que visavam uma aliança com Bashar para promover a mudança do regime de maneira gradual. Já a outra facção era mais radical e procurava desafiar pilares fundamentais do regime, segundo ela, o sistema devia ser confrontado e liderado por movimentos populares. Em virtude desses fatores, outra declaração foi publicada, conhecida como a “Declaração dos 1000”, seguindo um viés mais severo, exigindo o fim da atuação do Partido Ba’ath e a criação de uma democracia multipartidária. Contudo, ocorreu um contra-ataque por parte dos conservadores do regime e Bashar al Assad fez pouco para resistir. Em 2001 e 2002, o regime de Bashar tomou várias medidas para reduzir as atividades da sociedade civil. Foi ordenado o fim de reuniões de grupos ativistas e a prisão de seus membros (LEVERETT, 2005, p.94).

O tempo provou que o discurso de liberalização e transparência de Bashar al Assad não se traduziu em ações e o ambiente autoritário se manteve no Estado sírio. Sendo assim, diante do novo governo de Bashar al Assad, é possível notar algumas rupturas em relação ao plano doméstico, com a inovação em algumas questões econômicas e uma maior liberdade para a sociedade. Entretanto, Bashar enfrentou inúmeros empecilhos para a concretização dessas reformas, devido a uma estrutura de poder engessada e hostil a mudanças, que muitas vezes se mostrou incapaz de implementar reformas significativas.

2.6 AS REVOLTAS ÁRABES

Muitos analistas políticos e sociais acreditavam que as revoltas e manifestações populares não estariam no futuro próximo do Oriente Médio. Acreditava-se nisso devido à mão de ferro dos ditadores, pelo caráter submisso do povo dominado à sua liderança carismática ou pela legitimidade religiosa (BHALLA, 2011, p.5). A Primavera Árabe não é consequência do decorrer do contexto político das últimas décadas, mas sim o contexto histórico mais amplo de séculos de toda a

região. Sendo assim, esse fenômeno é mais um momento de um processo de imbricação de forças políticas, religiosas e econômicas.

A Primavera Árabe teve início na Tunísia, em 2011, e depressa se estendeu para outros países da região. Com diferentes ritmos, todas as revoltas tinham uma semelhança, que foi o uso das redes sociais como mobilização popular. Desde o dia 15 de março de 2011, após manifestações pacíficas da população síria, que protestava contra o governo do presidente Bashar al Assad, o país vivencia uma das crises mais violentas de toda sua história política. As demandas iniciais da população incluem o fim do estado de emergência, a legalização dos partidos políticos e a condenação de servidores corruptos do governo. O estado de emergência na Síria está vigente desde 1963, antes mesmo da família Assad chegar ao poder, mas foi no ano em que o Partido Ba'ath chegou ao topo que foram impostas restrições à liberdade de associação e movimento, bem como a permissão para deter pessoas que ameaçassem a segurança ou o regime. Várias cidades foram palco de manifestações, incluindo a própria capital, Damasco, e a segunda maior cidade, Aleppo. Conforme as manifestações se alargavam e se espalhavam, o exército continha os manifestantes intimidando-os com tanques, que eram usados nas principais zonas de conflito. O governo, todavia, tomou algumas providências para suprir as demandas dos manifestantes, como o fim do estado de emergência e a dissolução do conselho de ministros a pedido do presidente Assad. No entanto, o regime sírio, mesmo centralizador e autoritário, ainda é considerado popular entre a população, sobretudo entre as minorias religiosas nacionais e a elite urbana sunita moderada. Com isso, ocorreram também marchas pró-governo desde o início das manifestações da oposição (PEREIRA, 2014, p. 44-58).

Quando Bashar chegou ao poder, ele herdou um sistema estável, mas as divergências sociais estavam num futuro próximo. Algumas de suas reformas provocaram um ressentimento perante o regime como um todo. As reformas econômicas alienaram a classe trabalhadora sunita. Ao abrir cada vez mais a economia, os benefícios para os pobres foram cortados e os empregos no setor público, diminuídos. Outras causas foram além do controle do regime. A classe rural síria enfrentou uma seca, nos anos de 2007 até 2010, e o governo não se mostrou eficiente para atender a essa classe. Uma causa visível para o desencadeamento dos eventos na Síria foram as derrubadas de regimes no Egito e na Líbia. Isso

serviu de inspiração para o povo sírio, que fez uso de técnicas e *slogans* parecidos das revoltas na região (ARRAES, 2014, p.38).

3 A DINÂMICA DO CONFLITO NA SÍRIA E SUA FRAGMENTAÇÃO

A sociedade síria é um mosaico étnico complexo, e apresenta uma diversidade religiosa relevante, características essas percebidas desde o período colonial. Em 2011, a população era de aproximadamente 22 milhões de pessoas, predominantemente composta por sunitas (cerca de 74%), seguidos pelos alauitas (11%), cristãos (10%) e muçulmanos xiitas (3%). O restante da população era composto por drusos e xiitas, além de outras minorias étnicas, com percentuais menos significativos. A busca por suprir as demandas de todas essas comunidades tem se mostrado difícil devido ao fato de que as aspirações e demandas de cada grupo se baseiam em laços familiares e religiosos (HUMAN RIGHTS COUNCIL – UN, 2011, p.6). Foi nesse contexto que teve início o conflito que assola o país.

3.1 O INÍCIO DO CONFLITO

Em fevereiro de 2011, iniciou-se uma série de protestos pacíficos, reivindicando a redução da pobreza rural, o combate à corrupção, a defesa liberdade de expressão e a libertação de prisioneiros políticos. Esses protestos continuaram e se espalharam por diversas cidades, como Dar'a, Homs e Hama. Eventualmente, o governo fez uso da força para dar fim a esses protestos. Diante da brutalidade do governo, muitos desertores da força armada nacional se organizaram e formaram o “Exército Sírio Livre” (HUMAN RIGHTS COUNCIL – UN, 2011, p.8).

Do outro lado, há as forças armadas sírias, que incluem o exército, a marinha e força aérea. Responsáveis por proteger o território nacional sírio, em 2011, totalizavam cerca de 300 mil pessoas. O aparato de segurança na Síria era considerado grande e eficiente, com múltiplas forças e agências de inteligência. Além disso, existia a milícia governamental conhecida como *shabiha*, composta por aproximadamente 10 mil civis armados pelo governo, utilizados para coibir qualquer demonstração antirregime (HUMAN RIGHTS COUNCIL – UN, 2011, p.6).

Em 2011, o Presidente anunciou medidas para uma possível reforma legal e política. Algumas dessas medidas incluíam o estabelecimento da Comissão Nacional de Diálogo, que seria utilizada para preparar consultas como parte de um processo rumo à democracia multipartidária. Além disso, foram anunciadas a garantia de anistia para civis e a formação de uma regulação para proteger e promover o direito das pessoas de participarem de manifestações pacíficas. Porém,

isso não foi o suficiente para suprir as demandas dos civis e a violência por parte do governo persistia (HUMAN RIGHTS COUNCIL – UN, 2011, p.9).

A situação agravante na Síria fez com que o Conselho de Direitos Humanos da ONU criasse uma comissão independente de investigação das violações dos direitos humanos desde março de 2011. As evidências coletadas pela comissão indicaram uma grave violação dos direitos humanos por parte das forças armadas sírias e das forças de segurança do governo. A comissão, desde sua instauração, vem tentando um diálogo com o governo sírio, para obter acesso ao país, mas tem falhado em conseguir tal objetivo. A comissão esteve ciente que alguns atos de violência foram cometidos pelos próprios manifestantes, no entanto, a maioria dos civis mortos estavam sob o contexto de uma manifestação pacífica. Ademais, as testemunhas de desertores coletadas pela Comissão indicam que os protestantes estavam desarmados (HUMAN RIGHTS COUNCIL – UN, 2011, p.4).

Em decorrência do agravamento do conflito, o governo passou a utilizar basicamente sua força aérea e artilharia, enquanto os grupos armados não estatais cada vez mais passaram a recorrer a métodos de guerra assimétricos, tais como atentados suicidas e o uso de dispositivos explosivos improvisados. O conflito se tornou profundamente fragmentado e localizado, com o surgimento de várias linhas de frente envolvendo diferentes partes, com agendas e prioridades divergentes. Destinado principalmente a agendas limitadas e de curto prazo, estes confrontos têm sido alimentados principalmente por particularidades operacionais e socioeconômicas locais, em vez de um contexto amplo (HUMAN RIGHTS COUNCIL – UN, 2014, p.5).

Para entender a complexidade do conflito, pode-se classificar os grupos armados da seguinte forma:

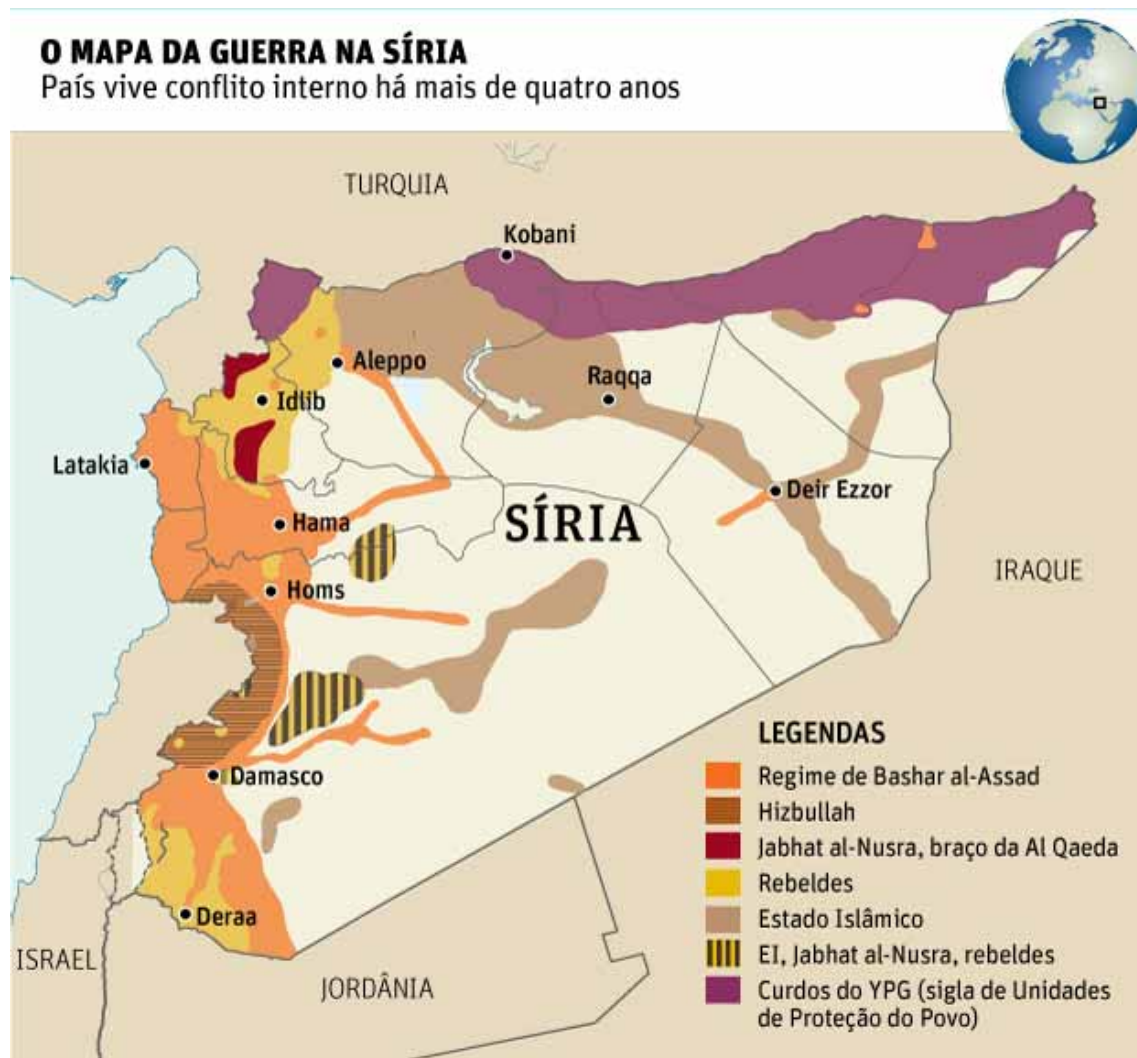
- Nacionalistas moderados sírios, organizados em um conglomerado de grupos armados, que combatem o governo e pedem a formação de um Estado democrático e pluralista. Nesse mesmo grupo, estão incluídos grupos islâmicos moderados e grupos armados com agendas locais limitadas às aspirações de sua comunidade.
- Grupos armados islâmicos sírios reunindo lutadores, que visam à destituição do Governo e militam para a instituição da lei *sharia* como a estrutura de um Estado islâmico no país.
- Grupos jihadistas radicais, incluindo as duas principais filiais da Al-Qaeda,

que são a Jabhat Al-Nusra e o Estado Islâmico do Iraque e Al-Sham (ISIS), recrutados entre salafistas combatentes e jihadistas, com a presença e substancial influência de combatentes estrangeiros. Uma fenda tem crescido entre esses dois grupos, sendo que a Jabhat Al-Nusra permaneceu acoplada ao lado de outros grupos rebeldes na luta contra as forças do governo, enquanto o ISIS prioriza a consolidação de seu controle territorial contra todas as invasões.

- Grupos curdos armados, principalmente as Unidades de Proteção ao Povo (YPG), que ficaram encarregados de proteger e governar o território, beneficiando um comando unificado de membros disciplinados e com apoio popular. Eles reforçaram seu controle sobre regiões curdas depois de se engajarem em combates contra outros grupos armados, em particular os afiliados da Al-Qaeda, em regiões como Aleppo, Ar Raqqa e Al Hasakah.

Neste contexto intrincado, conflitos internos entre os grupos rebeldes de todas as categorias têm escalado sobre o controle de territórios e recursos, incluindo estradas, passagens de fronteira, rotas de contrabando e de recursos naturais (HUMAN RIGHTS COUNCIL – UN, 2014, p.6).

Figura 4 – Zonas de Controles na Síria (2015)



Fonte: Institute for the Study of War

Fonte: Instituto para Estudo de Guerra (Institute for the Study of War)

3.2 GUERRA CIVIL – A FRAGMENTAÇÃO E A CRISE HUMANITÁRIA

A Síria pode ser considerada um regime em que se depende de força militar, inteligência, ideologia e um sistema em que recursos econômicos e sociais são utilizados para reforçar a sujeição da população ao governo. A estrutura de poder de regimes autoritários falhou em formar instituições de estados modernos. A fragmentação consiste em um processo de drástica destruição dentro da sociedade ou entre estados. Ela se torna evidente com a desintegração de instituições formais e informais de soberania nacional e da disputa entre vários atores para a aquisição

de autoridade ou poder. Nessa disputa, nota-se a destruição do capital social e cultural e a dispersão da economia. O conflito armado é um fenômeno comum entre sociedades fragmentadas (SCPR, 2015, p.54).

As instituições autoritárias, dentro desses regimes, conseguiram impor estruturas de subjugação e acreditam que o desenvolvimento pode ser adquirido através da exclusão política e do monopólio de autoridade. Além disso, regimes ditatoriais abusam de processos de socialização e de doutrinação através das instituições formais e informais, incluindo religiosas e educacionais (SCPR, 2015, p.54).

Os fatores que causaram a atual crise na Síria são baseados principalmente em *"institutional bottlenecks"* que refletem as deficiências na natureza das instituições formais e divergências nas instituições de fato. Isso levou à marginalização de grandes segmentos da sociedade, e as impediram relativamente de serem efetivas e contribuírem ao desenvolvimento político, econômico e social. O estado de *"institutional bottlenecks"* na Síria é refletido na perda de habilidade econômica e política de mudar com o tempo e responder aos interesses e expectativas da sociedade (SCPR 2015).

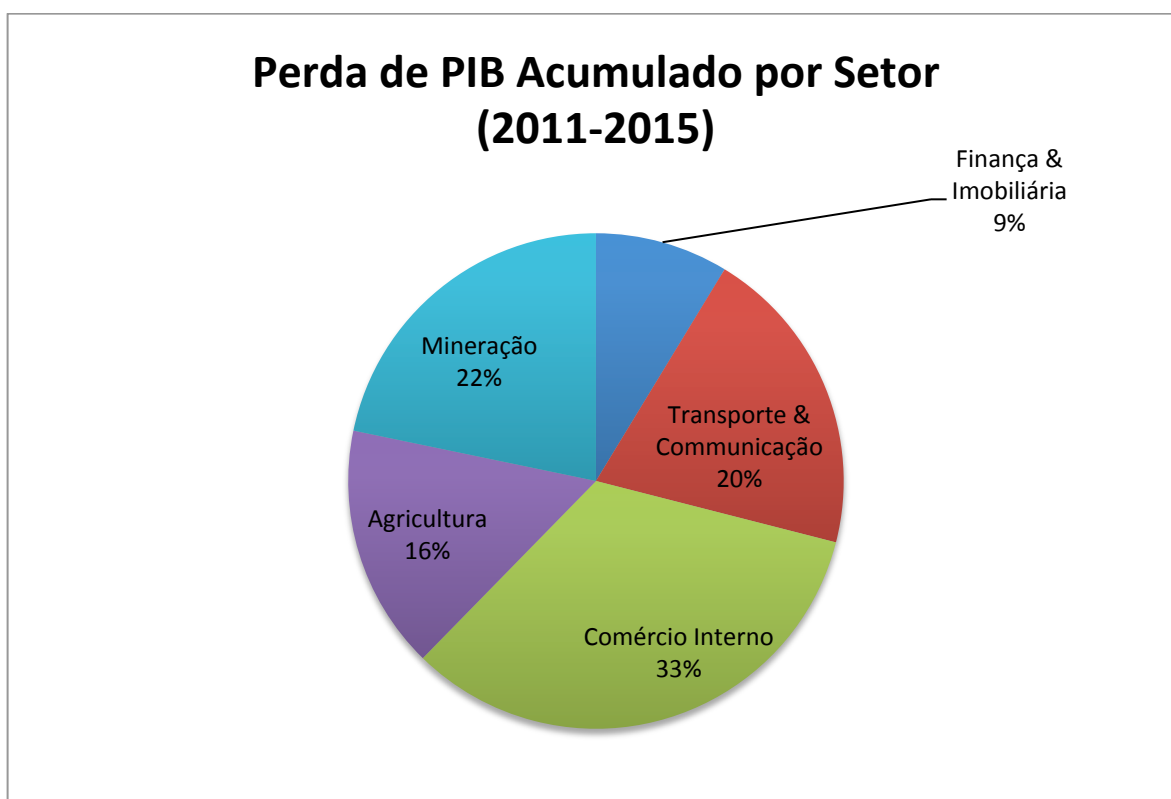
Na visão do relatório, as causas da atual crise estão conectadas pela ineficiência das instituições que, historicamente dirigidas por pessoas nomeadas devido a sua proximidade política aos líderes e recorrentes escândalos de corrupção, não conseguem prover à sociedade tudo aquilo que lhe é proposto. Isso aprofundou clivagens e a subjugação interna (opressão política, o fanatismo e o fundamentalismo), o que acarretou um fenômeno de profunda alienação de pessoas por instituições dominantes. O gargalo institucional tem sido associado à fraca produtividade econômica e participação social desigual, à propagação da corrupção, ao capitalismo de compadrio e à deterioração da independência do poder judiciário (SCPR, 2015, p. 55).

A crise implica em rápida deterioração das condições econômicas do país. As ações, na tentativa de contornar a crise e reestabelecer a ordem, tiveram pouco efeito, e os índices econômicos e sociais pioram a cada dia. Em decorrência do conflito, a economia síria tornou-se subdividida, dominada principalmente pelos combates entre diferentes poderes; cada um desses poderes está reconstruindo suas próprias entidades econômicas independentes e fundações em que os recursos estão sendo realocados para servir aos seus objetivos, criar incentivos e

atrair a lealdade entre o grupo restrito de seguidores, ao passo que ignora as necessidades e aspirações de outras pessoas. A ausência de um quadro para o diálogo nacional que reúna as partes da Síria, que podem representar e unificar sírios para criar um processo inclusivo para superar o conflito, agravou o estado de fragmentação social e a economia síria. A perspectiva para o futuro crescimento e desenvolvimento da economia síria é sombrio, tendo em conta o colapso sistemático e destruição de seus fundamentos econômicos; a infraestrutura e instituições, capitais humano e físico, a riqueza e os recursos da nação foram quase todos destruídos (SCPR 2015 p.15).

Na Síria, o setor agrícola é fundamental para a economia em geral e, durante a crise, o seu papel se tornou mais importante em termos de proporcionar a segurança alimentar. A atividade no setor agrícola ajudou na manutenção do nível mínimo das condições de vida para milhares de famílias sírias que estão envolvidos direta ou indiretamente em trabalho da parte agrária. No entanto, o setor agrícola tem testemunhado uma deterioração substancial devido à continuação do conflito armado, que afetou negativamente a produção. O conflito causou a destruição de ferramentas e sistemas de irrigação, a difícil acessibilidade para terras em muitas regiões, a falta de matérias-primas, incluindo fertilizantes, sementes e combustíveis, transporte inseguro de produtos agrícolas aos mercados e a escassez de trabalho (SCPR 2015 p. 18).

Gráfico1 – Perda do PIB Acumulado



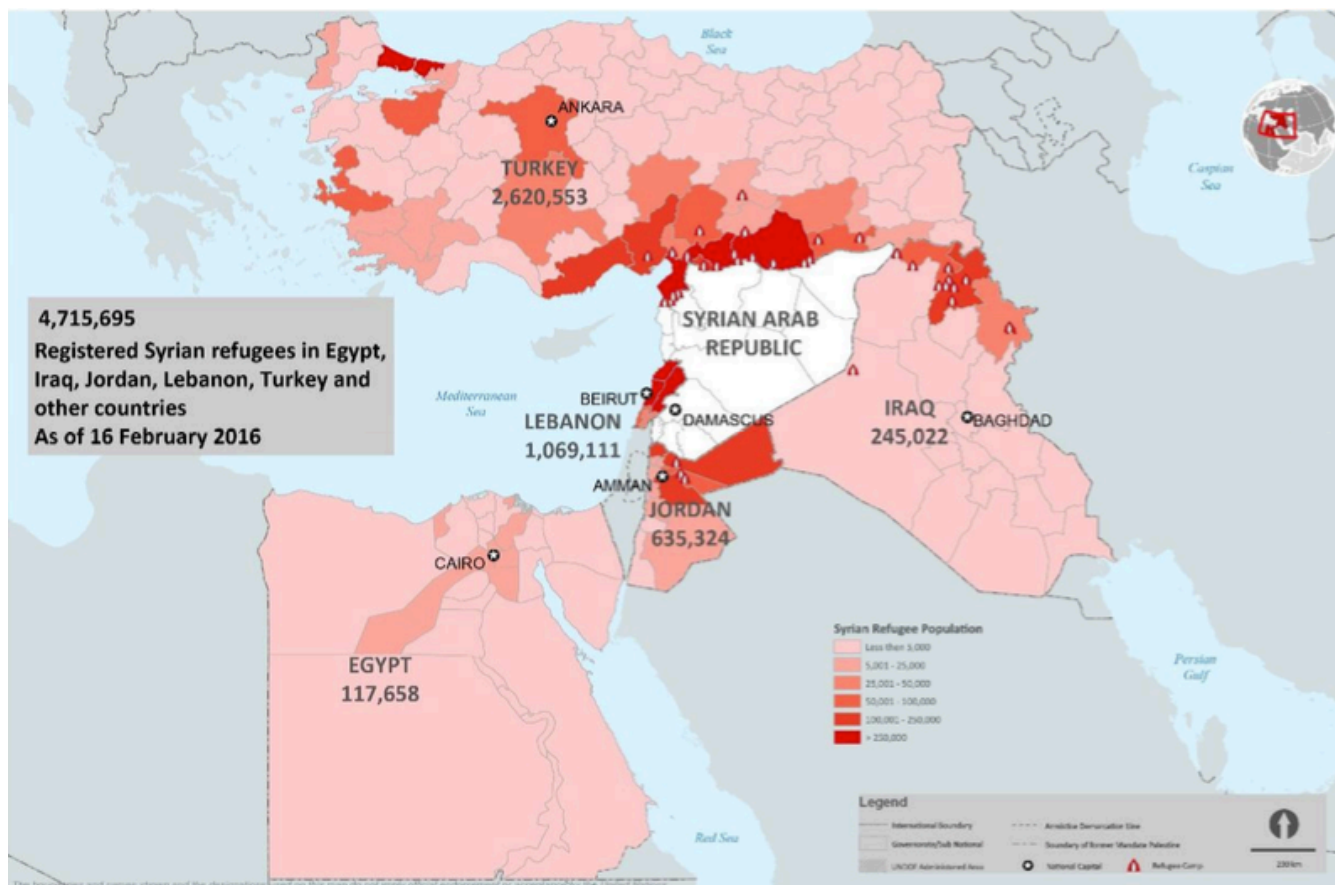
Fonte: SCPR 2015

Os processos econômicos tradicionais também foram desmantelados. Paralelamente à destruição dos fundamentos econômicos, as políticas econômicas inconsistentes e procedimentos ad hoc têm afetado negativamente a demanda econômica interna. O colapso do processo de produção diminui os recursos tradicionais do agregado familiar sírio e, em resultado disso, ocorreu uma redução das despesas privadas. Além disso, o aumento da taxa de inflação, o que significativamente variou em todo o país, levou a outra queda da demanda real (SCPR, 2015 p.25).

O conflito armado teve e continua causando um impacto drástico para o estado demográfico na Síria. O número de pessoas deslocadas internamente, imigrantes, refugiadas e mortas continua crescendo e reduzindo a população, modificando a estrutura demográfica. A insegurança contínua e as condições econômicas insustentáveis têm causado a relocação de milhões de pessoas, interna e externamente, que acabam dependendo completamente de ajuda humanitária. Isso tem comprometido os direitos humanos e a dignidade da população síria

(SCPR, 2015 p.25).

Figura 5 – Refugiados Sírios



Fonte: ACNUR, 2016

Durante 2015 e ainda em 2016, o número de refugiados sírios que conseguiram chegar à Europa, tanto por rotas legais quanto ilegais, tem aumentado significativamente. A ausência de rotas seguras para os refugiados causou muitas vidas perdidas devida à jornada altamente perigosa de deslocamento, com um número crescente de pessoas que se afogam no Mediterrâneo ou que foram abusadas e violadas por conta de redes criminosas de tráfico humano. Esse fator tem chamado cada vez mais atenção da comunidade internacional, que se empenha para achar uma solução para a crise. Contudo, a situação recebeu maior visibilidade quando a crise atingiu os países ocidentais, principalmente os europeus, trazendo à tona seu posicionamento político e como essa leva de estrangeiros que chegam aos países pode afetar sua situação interna (SCPR, 2015 p.25).

3.3 O CONFLITO ARMADO SÍRIO E A SOCIEDADE INTERNACIONAL

Com o desdobramento do conflito e sua intensificação, vários países no âmbito internacional se posicionam, criando uma clara divisão dos opositores e dos aliados do regime sírio. Em 2011, os Estados Unidos impuseram sanções ao governo sírio e salientaram a criação de medidas reformativas que suprissem as demandas dos insurgentes. Já em 2012, os Estados Unidos persistiram e tentaram formar um acordo multilateral, sob o âmbito das Nações Unidas, que reforçasse as sanções ao regime sírio, impusesse um processo de cessar fogo e chamasse atenção para a importância de uma transição do governo, no qual poderiam ser incluídos membros da oposição. Contudo, esse acordo, ao ser discutido no Conselho de Segurança das Nações Unidas, foi vetado pela Rússia e pela China (SAMPAIO et al, 2016, p.16).

Inúmeros países, incluindo vários membros da OTAN, participam de uma força tarefa para combater os Estado Islâmico e oferecer suporte para grupos rebeldes, como o “Exército Sírio Livre”. A Liga Árabe, União Europeia e Nações Unidas e muitos governos ocidentais rapidamente condenaram a violenta resposta do governo sírio aos protestos e manifestaram apoio ao direito dos manifestantes de exercer a liberdade de expressão. Inicialmente, muitos países do Oriente Médio se posicionaram em apoio a Assad, mas, com o crescente número de mortos, esses mesmos países mudaram para uma posição mais equilibrada, criticando a violência do governo com os manifestantes. Tanto a Liga Árabe quanto a Organização da Cooperação Islâmica suspenderam a adesão da Síria (SAMPAIO et al, 2016, p.16).

O governo sírio, bem como a oposição, recebe apoio militar e diplomático de países estrangeiros que levam ao conflito como uma *proxy war*. Uma *proxy war* consiste em um conflito armado no qual dois ou mais países fazem uso de terceiros como intermediários para que não ocorra uma luta direta. A Síria se tornou um *proxy* para a luta de mais de dois países, como Rússia e Estados Unidos, e Irã e Arábia Saudita. Os principais atores que prestam apoio para a oposição incluem os Estados Unidos, a Arábia Saudita e o Catar. Os Estados Unidos desempenharam um papel relevante no apoio a grupos rebeldes e ao corpo político de oposição, mas ao mesmo tempo combatem a expansão do Estado Islâmico. O apoio aos rebeldes armados tem sido insuficiente ao longo de toda a Guerra, uma vez que os rebeldes

moderados estão lutando em duas frentes, tanto no governo de Assad como no Estado Islâmico (AL MASRI, 2015).

Os principais suportes do governo sírio são o Irã e o partido xiita conhecido como Hezbollah, uma organização terrorista baseada no Líbano e financiada principalmente pelo Irã. Tanto o Irã quanto o Hezbollah estão envolvidos na guerra política e logisticamente, oferecendo equipamento militar e tropas de treinamento e batalha. O governo sírio também tem recebido armas da Rússia, além de seu apoio político. A Rússia tem usado o seu direito de veto no Conselho de Segurança da ONU, juntamente com a China, em ocasiões consecutivas para proteger o governo Assad de qualquer intervenção internacional (AL MASRI, 2015).

O interesse russo em apoiar o regime de sírio advém de razões que incluem o fato de haver uma instalação naval russa na cidade de Tartus, o que é de extrema relevância, sendo a última base militar russa fora do território da ex-União Soviética. A Rússia ainda possui uma política sob o legado da Guerra Fria, bem como uma insegurança nacional, o que faz com que ela não queira abrir mão de uma aliança militar. Outro fator se deve à posição russa contrária ao conceito de intervenção, uma vez que o considera como uma maneira de exercer o imperialismo ocidental, podendo ameaçar o território russo. E, por último, existe o interesse econômico, sendo a Síria um importante importador dos produtos militares russos (FISHER, 2013).

Nos últimos meses, a narrativa dominante da crise síria através do mundo tem enfoque em dois discursos, o primeiro consistindo na crise de refugiados e suas implicações socioeconômicas e políticas, principalmente dos países recebedores desses refugiados. O outro discurso envolve o terrorismo, a radicalização do islamismo e as implicações que o ISIS pode trazer à segurança internacional. Esse fator tem intensificado a intervenção da comunidade internacional para resolver esse conflito por meio de negociação com potências, negligenciando as prioridades e necessidades dos próprios sírios (SCPR, 2015, p.9).

3.4 JIHADISMO E A DISSEMINAÇÃO DO TERROR

Nesse vácuo de poder que se formou na Síria, uma nova milícia começou a ocupar o vazio. Os jihadistas se aproveitaram da fraqueza dos rebeldes, da vulnerabilidade e do desamparo da população síria, para se instalaram. Em junho de

2014, o Estado Islâmico (EI) anunciou a criação de um novo califado, que seria governado pelas leis da Sharia. Um califado é um modelo político no qual o califa seria o sucesso do profeta, o líder da nação e reteria o poder de aplicar a sharia. A nomeação de um califa sempre foi motivo de discórdia entre os muçulmanos e, desde a morte do Profeta Maomé, foi esse o fator divergente que provocou a divisão entre muçulmanos sunitas e xiitas. Os jihadistas, que são os militantes do Estado Islâmico, são um grupo de sunitas que pratica o jihad, que visa restabelecer o califado no Oriente Médio. Jihad significa uma luta em defesa da fé muçulmana, de natureza espiritual ou militar. O EI também tem como objetivo criar um Estado muçulmano que inclua as zonas sunitas da Síria e do Iraque sob um regime radical (NUNES, 2015, p. 63).

O Estado Islâmico chama atenção e se diferencia do restante dos grupos extremistas principalmente por seu poder financeiro e sua brutalidade. As principais fontes de recursos para o EI incluem doações de simpatizantes de cunho privado, como cidadãos sauditas e kuaitianos, ou seja, mesmo o governo se opondo ao EI, esses mesmos governos não são capazes de exercer controle financeiro sobre seus entes privados. A venda e o contrabando de petróleo também são uma fonte de recurso, assim como roubo de bancos e cobrança de impostos de pessoas presentes nos territórios conquistados. Outro elemento que atribui caráter singular ao EI, consiste no crescente número de estrangeiros que se juntam ao grupo terrorista (NUNES, 2015, p. 64).

O EI tem sido acusado por inúmeros crimes de guerra que incluem a perseguição religiosa, o tratamento brutal aos civis, a violência sexual e a destruição de patrimônio da humanidade. Além disso, o Estado Islâmico assumiu a responsabilidade de ataques terroristas na França e no Líbano, em novembro de 2015, e na Bélgica, em março de 2016. O atentado na França deixou cerca de 137 pessoas mortas, em Beirute o ataque foi a uma região habitada principalmente por muçulmanos xiitas controlados pelo partido xiita Hezbollah, e provocou a morte de cerca de 43 pessoas. Na Bélgica, por meio de bombistas-suicidas, cerca de 25 pessoas morreram. Com base nisso, o fundamentalismo e extremismo desse grupo já se tornam uma ameaça para a segurança internacional (BBC, 2015).

CONCLUSÃO

A análise da história da Síria, desde o período colonial até o presente, permite identificar um elemento comum que compõe a realidade síria, ou seja, as divergências religiosas e étnicas que fazem da Síria uma sociedade mosaica e diversificada. Os franceses foram responsáveis por dividirem o território sírio com base na religião da população, e isso provocou insatisfação desde início. Após a independência, esse elemento permaneceu um enorme desafio para os futuros governantes.

Com a ascensão do Partido Ba'ath e a chegada de Hafez al Assad ao poder, veio à tona o elemento minoritário. Os alauitas ficaram responsáveis por inúmeras posições de poder dentro do governo, agências de segurança e inteligência, e pelas forças armadas. O controle da população composta por uma maioria sunita tornou-se uma necessidade para a legitimação de poder de Assad, e isso foi feito por meio da conciliação, principalmente, com a elite sunita comercial e pela utilização da repressão e do uso da violência. Esse foi o caso de Hama, em que a Irmandade Muçulmana, também composta por sunitas, foi massacrada.

Com a vinda de Bashar al Assad, com um *background* ocidental, pregava-se uma reforma e transparência para o regime sírio. Por mais que ele tenha implementado algumas medidas de liberalização, proporcionando mais participação social no cenário político, o sistema inerte e a estrutura de poder já instaurados pelo seu pai falaram mais alto, e a repressão foi novamente instalada. A economia síria se mostrou pouco diversificada e extremamente estatista, com pouco espaço para o desenvolvimento privado.

A constante presença do governo de maneira autoritária no ambiente econômico e social é vista como uma necessidade de legitimação do poder, além disso, o fator religioso em que uma minoria alauita lidera uma população de maioria sunita tornou a situação e a convivência insustentáveis. Dessa maneira, a Primavera Árabe finalmente floresceu com a reivindicação de maior liberdade de expressão e melhores condições de vida para o Oriente Médio. Na Síria, as manifestações pacíficas se tornaram um sangrento conflito armado sem qualquer previsão de ter um fim.

Muitos analistas políticos e sociais acreditavam que revoltas assim não aconteceriam tão cedo no Oriente Médio devido à mão de ferro de ditadores e

também pelo caráter submisso do povo dominado pela liderança carismática e contido pelo medo. A Primavera Árabe e a Guerra Civil Síria não foram apenas resultado de um contexto político das últimas décadas, mas também do contexto histórico mais amplo da região. Sendo assim, o que vemos acontecendo atualmente é o acúmulo de diferentes momentos históricos e decisões políticas que culminaram na situação atual, provando-se a alegação da teoria pós-colonialista de que os impactos do período colonial são até hoje sentidos nas regiões que foram colonizadas.

Não existe um consenso quanto à definição de Estado falido, nas Relações Internacionais. No entanto, muitos autores concordam que o Estado falido consiste na incapacidade das instituições estatais de prover os bens políticos necessários, assim como o controle sob a população e o território. A falência estatal se torna clara e visível quando grupos internos recorrem à violência e se engajam em um conflito armado na busca de seus interesses, instaurando uma situação de anarquia dentro do próprio Estado (SAMPAIO et al. 2016 p. 7).

Uma vez que se instaura a guerra civil, a reconciliação da população e reestruturação da paz dentro da sociedade se tornam algo extremamente difícil. O conflito interno passa a imperar sobre as lógicas étnicas e religiosas, e antigos vizinhos que viviam em harmonia sob as mesmas regras sociais se sentem deslocados e incapazes de conviver numa mesma sociedade. Dessa maneira, ao falhar na garantia da segurança de seu território e de sua população, a nação caminha para o estado de falência (Sampaio et al. 2016 p. 7). Com base nisso pode-se concluir que, sim, a Síria é considerada um Estado falido, que enfrenta um conflito armado no qual os diferentes atores lutam por seus interesses próprios. Ademais, a imprevisibilidade do término desse conflito é a única certeza.

As forças imperiais foram e ainda são uma realidade para a história política síria. Devido a esse fator, como legado colonial, o país sírio se tornou feroz, como Nazih Ayubi descreveu. Na Síria passou a ser recorrente o uso da força, da coerção e da violência para se restabelecer e legitimar grupos no poder. A Síria não foi capaz de completamente internalizar a ideologia Ba'athista na sociedade civil. Os elementos que Gramsci aborda ressaltam que a sociedade civil e a superestrutura se tornam centrais para a legitimação de uma nova classe dominante, o que propicia o processo de internalização ideológica na sociedade e o Estado se torna o educador. Esse consenso foi algo intangível para a Síria. O partido Ba'ath e os

alauitas tentaram implementar suas ideologias e sua política de “cima”, utilizando a força e a violência quando viam necessidade. Devido a isso, as clivagens sociais falaram mais alto diante do método de coerção implementado pelos Assads, e hoje se vive um brutal conflito armado com diferentes entes com uma própria agenda, e fazendo uso da violência para concretizá-la.

É inegável que o conflito na Síria evoluiu para uma Guerra, que não é apenas civil, mas também uma guerra *proxy*, na qual interesses internacionais competem entre si, e a Síria se tornou palco desses conflitos de interesses. Como resultado dos constantes atos de violência do regime e conflito contínuo, vários poderes regionais e internacionais se sentiram impelidos a intervir, direta ou indiretamente. No entanto, a intervenção da comunidade internacional falhou em demonstrar uma intenção clara ou uma estratégia unificada. A falta de um consenso entre os atores faz dessa guerra um conflito sem fim. Sendo assim, a Síria se tornou um Estado falido, sujeito a diferenças de interesses dos atores internacionais.

As intervenções militares ocidentais no Oriente Médio trouxeram somente a destruição e a divisão. São as pessoas da região que podem encontrar uma solução, por meio de um diálogo entre as partes, no qual a sociedade síria, a maior vítima de todo esse conflito, tenha uma voz.

O Oriente Médio é berço de três grandes religiões monoteístas, no entanto, a intolerância religiosa e étnica compõe o que, de fato, é o Oriente Médio. Com isso, questiona-se: a democracia é algo possível para essa região? Adonis, um grande poeta sírio, uma vez se manifestou diante do conflito:

Em nossa tradição infelizmente, tudo é baseado em união – a unidade de Deus, da política, do povo. Não podemos obter a democracia com essa mentalidade, por que a democracia é baseada em entender o outro como um ser diferente. Você não pode acreditar que detêm a verdade, e que ninguém mais a tem. (POETRY FOUNDATION, 2015)

O mandato colonial foi responsável por fragmentar a sociedade síria e isso foi um elemento que perdurou durante toda a existência da República Árabe Síria. A Guerra é o resultado de muitos anos de dominação, intolerância, luta por poder e falta de uma identidade nacional, em que a sociedade civil teve pouca participação e hoje é a que mais sofre perdas. A solução para o conflito parte do elemento de tolerância e empatia, o qual, em um mundo anárquico e hostil, se torna quase impossível. No entanto, é apenas por meio de um consenso, principalmente

daqueles que se encontram inseridos ao conflito, no qual a comunidade internacional intervém apenas para oferecer assistência e auxílio humanitário e não fornecendo armas ou agindo sob seus próprios interesses, ignorando a destruição que isso tem causado para a dignidade do povo sírio, é que se pode imaginar o fim desse caos.

REFERÊNCIAS

- AL MASRI, Abdulrahman **Syria: Proxy war, not civil war**. 2015 Disponível em: <<https://www.middleeastmonitor.com/20150314-syria-proxy-war-not-civil-war/>>. Acesso em: 4 maio 2016.
- ARRAES, Virgílio C. Estados Unidos e Síria: do Final da Guerra Fria à contemporaneidade. **Boletim Meridiano** 47, Brasília, vol.15 n.145, pp.34-43, 2014.
- AYUBI, Nazih. **Over-Stating the Arab State; Politics and Society in the Arab World**. Nova York; I.B Tauris. 1999.
- BBC Brasil. **O que sabemos (e queremos saber) sobre atentados na Bélgica?** Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160323_perguntas_respostas_bru_xelas_fd> Acesso em: 05 maio 2016.
- BBC Brasil. **Ataques em Paris: 'Estado Islâmico' assume autoria**. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151114_franca_hollande_hb> Acesso em: 05 maio 2016.
- BHALLA, Reva. Making Sense of the Syrian Crisis. **STRATFOR**, p. 1-8, 2011.
- COSTA, Renata S; MOULIN, Yasmin; OLIVEIRA Pedro H.M; SAMPAIO, Ana P. Síria: Um Estado Falido? **Fronteira**; Belo Horizonte, v. 11, n. 21, p. 6 – 22. 2016.
- DOSTAL, Jorg. M. Analyzing the domestic and international conflict in Syria: Are there lessons from political science? **Lessons From Political Science – Contextualizing the Syrian Uprising**. Vol 6, No 1, pp. 1-68, 2014.
- FISHER, Max. **The four reasons Russia won't give up Syria, no matter what Obama does**. Washington, Washington Post, 2013. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/blogs/worldviews/wp/2013/09/05/the-four-reasons-russia-won-t-give-up-syria-no-matter-what-obama-does/>> Acesso em: 23 mar 2016.
- HALL, Clement. **The History of Syria 1900-2012**. Nova York; Charles River Editon, 2013.
- HINNENBUSCH, Raymond. **Modern Syrian Politics**. University of St. Andrews, Blackwell Publishing Ltd. pp.263-278, 2007.
- HOLLIDAY, Joseph. The Struggle for Syria in 2011. **Middle East Security Report #2**. Institute for the Study of War, p.11, 2011.
- UNHCR, INTER – AGENCY REGIONAL UPDATE. **Syrian Refugees** p.1-15, 2016.

LEVERETT, Flynt L. **Inheriting Syria; Bashar's Trial By Fire**. Washington DC; Bookings Institution, 2005.

LIMA, Marcos C, ALMEIDA, Carolina S.D.M, ELÍBIO JR, Antônio M. Edward Said e O Pós-Colonialismo. **Revista de História #29**; João Pessoa, p. 451-462, 2013.

KUMARASWAMY.P.R. **Who Am I? The Identity Crisis in the Middle East**. Middle East Review of International Affairs, Vol. 10, No. 1, p. 63-73, 2006.

NUNES. André, F. **Estado Islâmico: Restauração do Califado e Instabilidade no Oriente Médio**. Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, v.4 n.7. p. 56-72, 2015.

PASSIA – Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs. Disponível em: <http://www.passia.org/palestine_facts/MAPS/1916-sykes-picot-agreement.html> Acesso em: 5 abr 2016

PIRES, Guilherme D.L. A Irmandade Muçulmana na Síria. **Revista Conjuntura Austral**. Vol. 4, no. 20. p 6-11, 2013.

PEREIRA, Tito Livio Barcellos. Os Guardiões da Pátria: O Exército Árabe da Síria e sua relação com o Povo e o Estado. **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 5, no 1, p. 44-58, 2014.

POETRY FOUNDATION – **Adonis** Disponível em: <<http://www.poetryfoundation.org/poems-and-poets/poets/detail/adonis#about>> Acesso em: 5 maio 2016.

SAID, Edward (Ed.). **Cultura e Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Companhia de Bolsa, pp. 1-556, 2011.

SAID, Edward. **Orientalismo**. 3. ed. Londres: Penguin Group, p.1-365, 2003.

SAOULI, Adham. Syria's Predicament: __State (de-)Formation__ and International Rivalries. **Sharaka Enhancing Understanding and Cooperation in EU-GCC Relations**. No. 10, p. 1-15, 2014.

SCHIOCCHET, Leonardo. Extremo Oriente Médio, Admirável Mundo Novo: A Construção do Oriente Médio e a Primavera Árabe. **Revista Tempo do Mundo** vol. 3, n. 2, ago. p. 37-79, 2011.

Syrian Center for Policy Research; **Confronting Fragmentation; Impact of Syrian Crisis Report**. UNRWA, UNDP, SCPR, 2015 pp. 6-61.

TEPECIKLIOGLU, Elem E. **The Development of Postcolonial Theory**. Yaşar University, Department of International Relations, p. 1-19, 2012.

UNITED NATION. Human Rights Office of Higher Comission **Report of the independent international commission of inquiry on the Syrian Arab Republic. A/HRC/S-17/2/Add.1** Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/IICISyria/Pages/Documentation.aspx>>23 de novembro de 2011. Acesso em: 03 maio 2016.

UNITED NATION. Human Rights Office of Higher Commission **Report of the independent international commission of inquiry on the Syrian Arab Republic. A/HRC/27/60** Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/IICISyria/Pages/Documentation.aspx>> 13 de agosto de 2014. Acesso em: 03 maio 2016.

VIERA, Rui; RODRIGUES, Teres; RIBEIRO, Francisco; TOMÁS, Maria J. O conflito da Síria: As Dinâmicas de Globalização, Diplomacia e Segurança. **Cadernos do IESM** No 4, p.14-57, 2014.

ZAHREDDINE, Dany. A Crise na Síria (2011-2013): Uma Análise Multifatorial. **Revista Conjuntura Austral**, Rio Grande do Sul, Vol. 4, no. 20, p. 8-18, 2013.